



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ELAINE MARTINELLI DANZI



**SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Os
desafios e limites da profissão nos CRAS do município de São
Vicente**

SANTOS
2015

ELAINE MARTINELLI DANZI
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
Os desafios e limites da profissão nos CRAS do município de São
Vicente

Trabalho apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Luciana Maria Cavalcante Melo.

ELAINE MARTINELLI DANZI

**SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
Os desafios e limites da profissão nos CRAS do município de São
Vicente**

Trabalho apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação do Prof.^a Dr.^a Luciana Maria Cavalcante Melo.

Aprovação em: ____/____/____

EXAMINADOR:

Prof.^a Dr.^a Terezinha de Fatima Rodrigues
Universidade Federal de São Paulo

DEDICATÓRIA

À minha família, Claudinei, Gabriela e Amanda, por proporcionarem os melhores sentimentos e dias da minha vida, amo vocês imensamente.

A todos os assistentes sociais que lutam por uma nova ordem societária.

AGRADECIMENTOS

À Deus pela misericórdia de todos os dias.

Às minhas queridas mãe Ivone e avó Adélia que infelizmente não puderam partilhar desse sonho, obrigada por me ensinarem a importância da educação e a nunca desistir dos sonhos por mais difíceis que eles possam parecer, serei eternamente grata.

Ao meu companheiro de todas as horas, Claudinei, obrigada pela paciência e pela força, e pelas nossas filhas maravilhosas, você é meu maior amor, tenha certeza sem você isso não seria possível.

À minha professora orientadora, Luciana, a você o meu muito obrigada, pela generosidade, mansidão, paciência e confiança, confesso que não poderia ter sido melhor a minha escolha.

À minha amiga irmã Janaina pelo amor, carinho, e apoio em todos os momentos, não só da graduação, mas de toda a vida.

Às assistentes sociais que participaram da pesquisa, pela disponibilidade e por compartilhar ideias e enriquecer este estudo.

À minha amiga e supervisora de estágio Regiane Bittencourt, obrigada pelo incentivo.

Dizem que a vida é para quem sabe viver, mas ninguém nasce pronto. A vida é para quem é corajoso o suficiente para se arriscar e humilde o bastante para aprender.”

Clarice Lispector

RESUMO

Este trabalho tem como tema central a Atuação profissional do/a assistente social nos Centros de Referência de Assistência Social no Município de São Vicente-SP. A escolha do objeto de pesquisa se deu devido a inserção em estágio nesse espaço sócio ocupacional, o que despertou a curiosidade em conhecer e refletir com maior aprofundamento teórico o exercício profissional das/os assistentes sociais nesses espaços, em meio a precariedade das condições de trabalho. Optou-se por desenvolver uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando como método inicial a pesquisa bibliográfica e documental. Além destas foi realizada pesquisa de campo que trouxe contribuição significativa para o trabalho, pois possibilitou a coleta de informações a partir de questionários semi estruturados com assistentes sociais que trabalham nesse campo de atuação. Ao longo da pesquisa percebemos que os desafios para a atuação profissional dos/as assistentes sociais são muitos e as possibilidades são escassas. Muitos aspectos interferem no cotidiano de trabalho desses profissionais, como por exemplo, as relações de poder, o clientelismo, a falta de recursos materiais e humanos, dentre outros. A implementação das políticas neoliberais a partir da década de 90 trouxeram mudanças significativas para o nosso país, principalmente no âmbito da Assistência Social, tendo as políticas sociais seus financiamentos reduzidos resultando na precarização e a fragmentação da mesma. Todo esse processo trouxe mudanças significativas para os profissionais de Serviço Social principalmente no que diz respeito a seu cotidiano de trabalho, tendo desta maneira que trilhar novos caminhos para conseguir garantir os direitos dos usuários. E é através da pesquisa realizada que teremos uma dimensão dos principais desafios e possibilidades encontrados pelos/as assistentes sociais nos Centros de Referência de Assistência Social no Município de São Vicente.

Palavras-Chave: Trabalho profissional. Assistente Social. CRAS. São Vicente.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico - Sistema de Cadastro Único
Capacita SUAS - Programa Nacional de Capacitação do SUAS
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial
CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social
CEAS - Centro de Estudos e Ação Social
CF/88 - Constituição Federal de 1988
CFESS - Conselho Federal do Serviço Social
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
LBA - Legião Brasileira de Assistência
LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB-RH/SUAS - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
ONG - Organização Não Governamental
PBF - Programa Bolsa Família
PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF - Programa Bolsa Família
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: sexo dos participantes.....	42
Gráfico 2: Faixa etária dos participantes da pesquisa	43
Gráfico 3: Formação profissional.....	44
Gráfico 4: Formação continuada.....	44
Gráfico 5: Experiência profissional	46
Gráfico 6: Capacitação ofertada pela prefeitura	47
:	

SUMÁRIO

Introdução	10
1. Trajetória histórica da assistência social no brasil	13
1.1 A Política Nacional de Assistência Social : PNAS	20
1.2 O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) Na Cena Contemporânea	25
2. Breve histórico do serviço social no Brasil e sua inserção na política de assistência social	29
2.1 O Serviço Social Brasileiro contemporâneo:	29
2.2 Assistente social e o SUAS: as contradições e os desafios do trabalho profissional	35
3. Caminhos da pesquisa: O percurso metodológico	41
3.1 Percurso metodológico	41
3.2 Perfil das Assistentes Sociais	42
3.3 Condições de Trabalho das Assistentes Sociais nos CRAS	46
3.4 Desafios do trabalho profissional nos CRAS de São Vicente.....	53
Considerações finais.....	57
Referências.....	60
Apêndice A – Roteiro de entrevista para profissionais Assistentes Sociais no Centro de Referência de Assistência Social.....	65
Apêndice B –Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	70

Introdução

“O momento que vivemos é um momento pleno de desafios...É preciso ter coragem, ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar”. IAMMAMOTO

A assistência social no Brasil se configura em política pública após a constituição de 1988 e passa a compor o tripé da seguridade social juntamente com a saúde e a previdência.

A Constituição trouxe uma nova concepção para a assistência social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu transito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. (PNAS/2004).

É inegável o avanço da Política de Assistência nesses anos, primeiro com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social em 1993, depois com a nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004. Que “expressa exatamente à materialidade do conteúdo da Assistência Social como pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social” (PNAS, 2004, p. 8).

Porém esses avanços estão permeados de contradição e ambiguidades, embora seja constituída como política pública, a assistência social não conseguiu ainda sua total afirmação e efetivação, isso devido ao legado histórico pautado nas práticas de assistência social sedimentadas na caridade, na filantropia e no clientelismo, que:

Na árdua e lenta trajetória rumo à sua efetivação como política de direitos, permanece na Assistência Social brasileira uma imensa fratura entre o anúncio do direito e sua efetiva possibilidade de reverter o caráter cumulativo dos riscos e possibilidades que permeiam a vida de seus usuários. (YASBEK, 2004, p. 26)

Contudo não é somente a política de assistência que sofre com as marcas históricas, os/as assistentes sociais que na política de assistência inserem o seu exercício profissional, também trazem as marcas de um conservadorismo histórico. A profissão teve avanços significativos no mesmo período em que a política de assistência foi construída.

Destacando assim a Lei de Regulamentação da Profissão (1993), o Código de Ética dos Assistentes Sociais (1993) e as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social da ABEPSS (1996). É importante ainda ressaltar o grande avanço na produção teórico-crítica que ultimamente tem instigado a reflexão sobre habilidades e competências profissionais e produzido parâmetros para a ação na Política da Assistência (CFESS, 2010) embasados no projeto ético-político da categoria.

O presente trabalho busca analisar o trabalho profissional do/a assistente social no interior da política em específico nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), buscando identificar os limites e desafios da atuação profissional.

Partindo do pressuposto de que em São Vicente o sucateamento e a não afirmação e efetivação desta política, a precarização do trabalho profissional; desvalorização do trabalho assalariado; limites e dificuldades do exercício profissional acabam interferindo na qualidade da prestação de serviços do profissional, no que tange também a dimensão ético-política; resultando em um profissional desmotivado, com ações muitas vezes mecanizada e assistencialista, nesta perspectiva o desafio é:

“redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo” (IAMAMOTO, 1998, p.75).

A pesquisa proporcionou uma reflexão sobre a atuação profissional do/a assistente social no interior da política de assistência, bem como identificou suas reais condições de trabalho e se estas realmente são influentes na qualidade do serviço prestado por estes profissionais.

Para compreendermos os desafios e limites para a atuação profissional dos assistentes sociais nos Centros de Referência de Assistência Social no Município de São Vicente optou-se pela estruturação deste trabalho em três capítulos.

No primeiro capítulo apresentamos uma contextualização sobre a trajetória da Assistência Social no Brasil inicialmente concebida como benesse e filantropia até a promulgação da Constituição Federal de 1988 onde a Assistência Social passa fazer parte do tripé da Seguridade Social juntamente com a saúde e a previdência social, tornando-se assim um direito. Abordou-se ainda nesse capítulo à criação da Política

Nacional de Assistência Social em 2004 bem como a implementação do Sistema Único de Assistência Social, apontando os desafios no cenário atual. Considerou-se importante realizar este resgate histórico para subsidiar as reflexões sobre a forma contemporânea de conformação da política de Assistência Social.

Para a elaboração do segundo capítulo foi realizada uma breve apresentação do serviço social, buscando contextualiza-lo, apontando os principais fatos históricos pertinentes a profissão, ainda neste capítulo discutiu-se acerca do exercício profissional do/da assistente social no âmbito do SUAS, buscando identificar os desafios para atuação profissional.

No terceiro e último capítulo é apresentado o cenário da pesquisa, bem como percurso metodológico utilizado para alcançar os resultados obtidos através da pesquisa aplicada aos sujeitos participantes, e uma síntese acerca dos resultados obtidos, com algumas reflexões necessárias para seu encerramento, no entanto, apesar dos limites para sua construção, reconhecemos a necessidade de aprofundar a discussão, salientando que a pesquisa não se esgota neste trabalho de conclusão de curso.

1. Trajetória histórica da assistência social no Brasil

Assistência Social no Brasil foi concebida sob a perspectiva do supérfluo, da caridade, com base no mérito individual, como dever moral, inicialmente, distante da concepção de política social, afirmadora de direitos, tendo como consequência o desenvolvimento de políticas sociais residuais, compensatórias, que atendem apenas situações pontuais, estando diretamente ligada a igrejas de diferentes credos e organizações de caridade, não tendo o Estado nenhum vínculo com essa questão, transferindo assim à rede de solidariedade a função que lhe era devida.

“A assistência ao outro é prática tão antiga na humanidade. Não se limitando nem a civilização Judaico-Cristã nem as sociedades capitalistas. A solidariedade social diante dos pobres, dos viajantes, dos doentes, dos incapazes, dos mais frágeis, se inscreve sob diversas formas nas normas morais de diferentes sociedades. Ao longo do tempo grupos, filantrópicos e religiosos foram conformando práticas de ajuda e apoio”. (SPOSATI, 1989, p.40).

Para compreender a organização da política de Assistência Social e entender seus limites e contradições é necessário realizar uma análise levando em consideração por um lado a relação histórica das classes sociais frente as desigualdades ocasionadas pela tensão permanente existente entre capital e trabalho. E por outro o Estado como mediador desta questão, que no processo de gestão da Assistência social historicamente defende ideias de liberdade individual, e práticas que se contrariam a partir de relações de favor, de dependência, determinadas por ações clientelistas e pontuais que se distanciam das reais necessidades da população. (MESTRINER, 2008)

Até 1930 a pobreza no Brasil não foi vista como expressão da questão social¹ e sim como caso de polícia sendo tratada imediatamente nos aparelhos repressivos do Estado. Cabe lembrar que a Assistência Social esteve ligada ao paternalismo individual e institucional, e após esse período com a introdução no país das primeiras formas de legislação social sistemática, o Estado passa a reconhecer a questão social, mas no sentido de reprodução da classe operária e como forma de integração das massas em apoio ao governo.

¹ Questão Social é expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a Questão Social se expressa também na resistência e na disputa política (IAMAMOTO, 2009 p.3)

A classe dominante detendo o monopólio do poder político- e por consequência o poder de definir o que tinha legitimidade – colocava a “questão social” como ilegítima, subversiva, a ser tratada pelos aparelhos repressivos do Estado. (MESTRINER, 2008, p.69)

O Estado passa a assumir outro papel deixando de ser apenas coercitivo quando Getúlio Vargas após a revolução de 1930 através de um golpe de estado assume a presidência, sob o lema do populismo e a instauração do Estado Novo, entretanto, a institucionalização das políticas sociais no Brasil se dá vinculada a uma estrutura corporativista, enquanto sistema de dominação, que tem como objetivo a cooptação do operariado, a legitimação do sistema, a reprodução da força de trabalho e a garantia do processo de acumulação. (MESTRINER, 2008)

É importante destacar que neste período quem não pertencia ao mercado formal de trabalho não era considerado cidadão, ficando a mercê da caridade e da benesse, não recebendo nenhuma atenção previdenciária, além de sofrer repressão por parte do Estado. Sendo considerado cidadão somente os pertencentes ao mercado formal de trabalho, nesse sentido:

[...] o trabalho é dever de todos, o que implica crime o não trabalho. Assim, como que num movimento de punição, define que não merece garantia de atenção àquele que não trabalha e não produz. (MESTRINER, 2008, p.105)

Getúlio Vargas em seu governo cria as Caixas de Subvenções, onde o governo fornecia uma ajuda financeira às instituições filantrópicas e públicas, afim de que as mesmas dessem assistência à população desassistida socialmente. O Estado institucionalizou definitivamente as subvenções incluindo seus recursos ao Orçamento Geral da República. Além das Caixas de Subvenções, consolidou as Leis Trabalhistas visando à produtividade, e o controle das greves e movimentos sociais (MESTRINER, 2008).

Cria em 1938 o CNSS (Conselho Nacional de Serviço Social), junto ao ministério da Educação e Saúde sob a presidência de Augusto Campana, a primeira presença de uma possível política de assistência social no período. Esse órgão foi criado para regular e fiscalizar as entidades sociais e filantrópicas presentes no país que prestavam assistência aos necessitados, entretanto poucos foram os resultados práticos desse conselho, caracterizado mais pela manipulação de verbas e subvenções e como mecanismo de clientelismo político (Carvalho et al. 1981.p.256).

Porem a primeira grande instituição de assistência social criada no Brasil foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, inicialmente criada com o intuito de auxiliar as famílias dos pracinhas brasileiros envolvidos na Segunda Guerra, coordenada pela então primeira dama Darcy Vargas, demonstra características de tutela, favor e clientelismo na relação entre Estado e sociedade. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011)

Segundo Behring & Boschetti (2011), a LBA vai posteriormente se configurado como instituição articuladora da assistência social, conveniando-se a uma grande rede de instituições privadas, entretanto sem perder sua forte marca assistencialista, fortemente seletiva e de primeiro damismo².

Segundo Mestriner (2008), a LBA passa a realizar trabalhos nos diferentes níveis governamentais, federais, estaduais e municipais, ganhando uma larga estrutura nacional e atuando em quase todas as áreas da assistência social. Criaram centros sociais e regionais de suma importância que atuavam como extensão à proteção dada aos trabalhadores, e para dar suporte a essa expansão se uniram as escolas de serviço social a fim de se obter uma atuação mais técnica do que a que se desenvolvia até este momento.

“Nesse processo de expansão, procura mobilizar e coordenar as instituições sociais privadas e públicas, ao mesmo tempo em que, por meio de ações próprias, tenta suprir as defasagens apresentadas pelo sistema assistencial existente. [...] Dessa forma, contribui para a organização, ampliação e interiorização da assistência social, levando a assimilação de princípios, métodos e técnicas do Serviço Social, bem como a contratação de profissionais da área, consolidando o ensino especializado” (MESTRINER, 2008, p.145).

² É institucionalização da assistência social na figura da mulher do governante. Quando elas assumem o comando da assistência social e realizam ações beneficentes, e caridosas SPOSATI (2007)

Esse modelo de Assistência Social, pautada no assistencialismo, perdurou até o período da ditadura militar que se instaura sob o golpe militar em 1964, sendo o poder neste regime concentrado na mão dos militares, tendo como característica este governo a burocratização, autoritarismo, repressão, censura e violência. A ditadura compreende o período de 1964 a 1988, e é marcada pelo militarismo no poder, e pelo regime autoritário no país. O objetivo deste governo era extinguir a fase anterior do governo populista e transformar o Brasil em uma grande potência, dando origem a fase conhecida no país como o “milagre econômico”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011)

Em busca do crescimento econômico, o governo reduz os salários o que ocasiona aumento da pauperização da sociedade, o acentuado investimento econômico agravou significativamente a vida dos trabalhadores, no final da década de 70, os cenários sociais e econômicos entram em crise e é nesse momento que começam ressurgir os movimentos sociais, exigindo novas propostas para o enfrentamento das expressões da questão social presentes neste contexto. (COUTO, 2006)

Neste período a questão social passa mais uma vez, como antes no período que antecede a 1930 a ser tratada de maneira coercitiva e como caso de polícia. As ações assistenciais aqui são utilizadas pelo estado como maneira de atenuar o empobrecimento da sociedade e impedir qualquer mobilização por parte dos trabalhadores. (MESTRINER, 2008)

Durante a fase militar vivida no Brasil é possível afirmar que área social obteve certos avanços, ainda que tenha sido instaurado o estado assistencialista, e que características focalizadas presentes no governo populista de Getúlio estivessem presentes e incorporadas, este período marca a assistência social com práticas fragmentadas. (COUTO, 2006)

Segundo Couto (2006), foram criados no governo Ditatorial o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o Programa de Integração Social (PIS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o PRORURAL. Foi também durante a ditadura que se criou o Banco Nacional de Habitação (BNH) uma das grandes reivindicações da classe trabalhadora em contrapartida ao enorme deficit habitacional existente no período.

O Ministério da Previdência e Assistência Social também é criado no regime ditatorial em 1974, ele passa a incorporar a LBA, a Fundação Nacional para o Bem Estar do Menor a (Funabem) criada em 1965, a Central de Medicamentos (CEME) e a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011)

Voltado para criação de políticas de combate à pobreza, com a criação deste ministério a assistência social ganha uma maior valorização, ampliando-se a cobertura previdenciária a quase toda a população presente na zona urbana e parte da população rural, procurando um caráter inovador para a área da assistência social, tentando fugir do caráter assistencialista e de complementação da previdência. (MESTRINER, 2008)

A transição do governo militar à constituição da democracia no Brasil ocorre no fim da década de 1980, nesse cenário merecem destaque os movimentos sociais que contribuíram significativamente para a transição democrática, através de suas manifestações e reivindicações para que respostas fossem dadas a enorme pauperização...

“Expandiu-se o estoque de pobreza, resultantes dos períodos anteriores, especialmente dos governos militares, que, com suas orientações econômicas de desenvolvimento, produziram um país com uma péssima distribuição de renda e aumentaram a parcela da população demandatária das políticas sociais” (COUTO, 2004, p.141).

Nesse cenário de desigualdade da massa e grande pauperização é que se começa a exigir do estado maior responsabilização, as constantes lutas e manifestações por parte dos movimentos sociais buscam garantias de direitos sociais. A constituição federal promulgada em 1988, sem dúvida confere a assistência social um novo marco, pois ela reconhece neste momento à assistência social como política social, compondo juntamente com a previdência e a saúde o sistema de seguridade social brasileiro.

[...] a assistência social brasileira deixou de ser, em tese, uma alternativa de direito, ou dever moral, para transformar-se em direito ativo ou positivo, da mesma forma que os demandantes dessa assistência deixaram de ser meros clientes de uma atenção assistencial espontânea – pública e privada para transformar-se em sujeitos detentores do direito à proteção sistemática devida pelo Estado (PEREIRA, 1996, p.99-100)

No que tange a assistência social, a constituição assegura que a assistência seja prestada a quem dela necessitar independente de prévia contribuição

previdenciária, desta forma abrangendo uma população outrora excluída do acesso a direitos.

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência à assistência social. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2003, p. 193)

O texto contido na constituição aprovada em 05 de outubro de 1988, que assegura a assistência enquanto direito é assim apresentado:

Art.203 - A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portador de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art.204 As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art.195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I-descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II-participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2003, p. 130)

Embora a constituição assegurasse o direito aos cidadãos, ocorre no país à implantação da lógica neoliberal podendo neste momento ser observado a implantação de diferentes planos econômicos, o que ocorre neste período é que legislações sociais construídas até então são insuficientes para se fazer cumprir os direitos assegurados na carta magna. (MESTRINER, 2008)

Para que a população pudesse ter acesso aos direitos assegurados na constituição era necessário legislações complementares, aprovação de leis

orgânicas³ que viabilizassem o acesso ao direito. Neste sentido merecem destaque a saúde que teve sua lei orgânica aprovada em 19/09/1990, Lei nº 8.080 fundamentada na VIII Conferência Nacional e a previdência que teve sua lei orgânica nº 8.212 aprovada em 27/09/1991. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011)

A assistência social teve sua lei orgânica aprovada tardiamente em relação à saúde e a previdência, isso ocorreu somente em 1993, devido ao atraso no processo de discussão e elaboração de propostas, que foram articuladas por órgãos da categoria profissional e universidades. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Num cenário de diversos problemas econômicos e sociais e uma política econômica sob a perspectiva do neoliberalismo, onde o governo prossegue com a política de estabilidade econômica, diminuindo assim a atuação do estado no que diz respeito à provisão social, transferindo este à responsabilidade para o setor privado e a sociedade civil e promovendo a abertura da economia ao mercado internacional, é que ocorre a transição do Governo Collor, sendo obrigado a deixar a presidência após um impeachment. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011)

É importante frisar que o ex-presidente Collor havia vetado a primeira tentativa de aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social a LOAS, em 1990 com o discurso de falta de recurso para cobrir os gastos sociais do benefício da prestação continuada o BPC. Após esse veto ocorreram no país grandes debates e pressão popular dos organismos de classes para que fosse aprovada a LOAS, é então diante desse cenário de pressão que Itamar Franco sanciona no dia 07 de dezembro de 1993 a Lei Orgânica da Assistência Social. (LOAS) Lei nº. 8.742 que segundo Couto (2006) irá propor mudanças estruturais e conceituais na assistência social.

³ Conhece-se como lei orgânica qualquer lei de que se necessita de um ponto de vista constitucional para regular os aspectos da vida social Apesar de dependerem de cada legislação nacional, as leis orgânicas costumam ser consideradas como um nexos ou uma etapa intermediária entre as leis ordinárias e a Constituição. (<http://conceito.de/leiorganica> . Acesso em jan.2015)

Assim que ocorre a aprovação da LOAS de imediato se extingue o Conselho Nacional de Serviço Social, criado em 1938, na era Vargas, considerado um órgão clientelista. Para criar o então Conselho Nacional de Assistência Social, órgão de composição paritária, deliberativo e controlador da política de assistência social. (MESTRINER, 2008)

Neste sentido a LOAS traz em seu quinto artigo:

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

I - descentralização político administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo.

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em

Cada esfera de governo

A LOAS regulamenta a assistência social como política pública, não contributiva, consolidando-a no campo dos direitos sociais, em seu primeiro artigo ela define bem essa questão:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (LOAS 1993)

A aprovação da LOAS é inegavelmente um marco para a história da assistência social, e é inegável sua contribuição para formulação de uma Política Nacional de Assistência Social. Diferenciando-a do assistencialismo e situando esta no campo dos direitos e da seguridade social, entretanto a partir desta conquista, necessidades emergem neste novo cenário se fazendo necessária a construção de uma Política Nacional para área de Assistência Social.

1.1 A Política Nacional de Assistência Social: PNAS

A Política Nacional de Assistência Social é inegavelmente um avanço e um marco para a assistência social na perspectiva do direito, a primeira Política Nacional de Assistência Social foi aprovada em 1998, após cinco anos da regulamentação da LOAS, entretanto essa não fora suficiente, sendo então a PNAS

definitivamente aprovada em 2004, quase duas décadas após aprovação da LOAS. (COUTO, YASBEK e RAICHELIS, 2010).

Tem como objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância e à velhice, o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção e integração ao mercado de trabalho, a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiências e a promoção de sua integração à vida comunitária (BRASIL, 1993).

Não se pode deixar de citar que até a aprovação da PNAS, a mesma percorreu um longo caminho, cheios de contradições e marcados por transformações societárias que se deram na lógica inversa ao projeto de ampliação à cidadania. Isso devido a lógica neoliberal implantada desde a contra reforma do Estado, e nitidamente acentuada com a presidência de Fernando Henrique Cardoso, sendo seu governo, marcado por privatizações e pelo descaso com a área social. (COUTO 2006)

Neste momento houve por parte do estado a tentativa de acabar com alguns direitos trabalhistas e colocar para a sociedade a responsabilidade assegurada pela constituição e pela LOAS como dever do estado.

[...] a retomada da matriz da solidariedade, como sinônimo de voluntarismo e de passagem da responsabilidade dos programas sociais para a órbita da iniciativa privada, buscando afastar o Estado de sua responsabilidade central, conforme a Constituição Federal de 1988, na garantia desses direitos (COUTO, 2006, p.150).

Embora os governos anteriores tivessem tratado a assistência social de maneira muitas vezes fragmentada com caráter pontual é a partir do governo Collor e principalmente no governo FHC que a assistência social tem sua fase mais fragilizada, esses governos tentaram por vezes ocasionar o desmonte dos direitos sociais garantidos constitucionalmente, evitando também a autonomia das classes subalternas. (COUTO, 2006)

Essa fase crítica da assistência social no Brasil, começa a dar indícios de melhora a partir de 2002 com Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. É nesse governo que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é aprovada, quase duas décadas após a aprovação da LOAS. No ano de 2003, no mês de dezembro ocorreu a IV conferência Nacional de Assistência Social por meio do CNAS realizada em Brasília, onde foi aprovado a criação da Política Nacional de Assistência Social, atendendo as disposições contidas na LOAS, também, deliberou

sobre a criação e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). (COUTO, 2006)

No ano seguinte em 2004, foi criado pelo governo o Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome (MDS), que possibilitou a criação da Secretaria Nacional de Assistência Social, que mediante isso tornou público através do Diário Oficial da União, pela Resolução nº145 a versão final da PNAS e a busca pelo fortalecimento para a construção do SUAS. (CAPACITAÇÃO MDS, 2005).

A PNAS reconhece a assistência social como política de proteção social, de caráter não contributivo, deixando claro que seu acesso é de quem dela necessitar, sendo direito do cidadão e responsabilidade do Estado. A PNAS esta baseada e reafirma os princípios presente na LOAS e são seus usuários os cidadãos que de alguma maneira se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou risco social. (PNAS, 2004)

A Política Nacional de Assistência Social tem como princípios:

- I - Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V - Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (PNAS, 2004, p.26).

De acordo com a PNAS (2004) a proteção social são medidas que garantem a proteção de indivíduos de uma sociedade, dos acontecimentos naturais, a proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar.

No entanto entende-se por Proteção Social

Formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. (...) Neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social. Ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades. (DI GIOVANNI, 1998. P.10)

Desta maneira a assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimação das demandas de seu usuário e espaço de ampliação de sua atuação. (PNAS, 2004)

A PNAS divide o sistema de proteção social em Proteção Básica e Proteção Especial que se subdivide em média e alta complexidade. A proteção social básica tem como objetivo prevenir as situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Destina-se a indivíduos e/ou famílias em situação de vulnerabilidade social decorrentes da pobreza, ausência de renda ou fragilização de vínculos afetivos. (PNAS, 2004).

Prevê o desenvolvimento de programas, serviços e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos, conforme identificação das demandas apresentadas. Os serviços da proteção básica são ofertados diretamente pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

O CRAS – Centro de Referência de Assistência Social é uma unidade pública estatal de base territorial, que se localiza em áreas de vulnerabilidade social, abrangendo um total de até 1.000 famílias/ano. Nele são ofertados serviços de proteção básica como benefícios eventuais, benefícios de prestação continuada, e programas como o Programa de Atenção Integral a Família (PAIF) e o Bolsa Família que atualmente é um dos principais programas de transferência de renda do Brasil. (PNAS, 2004)

Além destes promove ainda o encaminhamento da população local para as demais políticas públicas e sociais, possibilitando a intersetorialidade, buscando assim garantir que essas famílias e indivíduos tenham seus direitos assegurados, saindo dessa situação ou ainda evitando que os mesmos recaiam a situação de vulnerabilidade e risco social.

De acordo com a PNAS (2004), a Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento destinada a famílias e indivíduos que se encontra em situação de risco pessoal e social, ocasionada por abandono, maus tratos físicos e ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, trabalho infantil entre outras.

Dentro do sistema de Proteção de Social Especial, ocorre uma subdivisão que resulta em, Proteção Social de média complexidade e de alta complexidade. A

proteção de média complexidade abrange serviços que oferecem atendimento as famílias e indivíduos que tem seus direitos violados, mas que possuem vínculos familiares e comunitários sem rompimento. Tais ações são desenvolvidas nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS, que visa à orientação e apoio sócio familiar e comunitário, plantão social, abordagem de rua, habilitação e reabilitação na comunidade com pessoas deficientes, entre outras. (PNAS, 2004)

Já a proteção Social de Alta Complexidade, oferta serviços que garantem a proteção integral, a moradia, alimentação, higienização trabalho protegido para indivíduos e famílias que se encontram sem referência e ou em situação que seja necessário a retirada do núcleo familiar e, ou, comunitário, como são os casos das casas lares, abrigos, casas de passagem, medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade entre outros. (PNAS 2004).

É importante ressaltar que a PNAS em seu princípio organizativo, baseia-se no pacto federal que reconhece as três esferas de governo, promovendo a descentralização político-administrativa, reforçando desta maneira o papel dos diferentes níveis do governo na condução e efetivação das ações socioassistenciais, assim como esta previsto na participação social.

Como forma de organização PNAS esta orientada segundo as seguintes diretrizes:

- I - Descentralização político-administrativa, cabendo à coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;
- II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III - Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;
- IV - Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (PNAS, 2004, p. 26-27).

São inegáveis os avanços que a PNAS trouxe para assistência social, ela permite que a assistência social pelo menos no ponto de vista teórico e legal passe a ser direito do cidadão e dever do Estado, procurando assim enterrar as marcas históricas vinculadas ao clientelismo, a caridade, a ajuda de bondade.

Além destes colaborou de maneira significativa para a construção e implementação do SUAS que ocorre no ano seguinte a sua aprovação e que será abordado no próximo subitem.

1.2 O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) Na Cena Contemporânea

A implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um verdadeiro avanço e revolução no âmbito da assistência social brasileira. Fruto de quase vinte anos de tensões e debates o SUAS materializa a PNAS e coloca em pratica os preceitos da Constituição de 88, passando a viabilizar o atendimento a população sob a perspectiva do direito, deixando o campo do voluntariado e assistencialismo, passando a operar sob a estrutura de uma política pública de Estado.

De mero favor, de prática assistencialista e tuteladora a assistência social, seus serviços e benefícios passam para um campo novo, o campo dos direitos de cidadania. Marcada, portanto, pelo caráter civilizatório presente na consagração de direitos sociais. A Assistência Social exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob responsabilidade do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e garantia de direitos e de acesso para esses serviços, programas, projetos e benefícios". (Capacita Suas, p.110. 2008)

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira (NOB SUAS). O SUAS no seu modelo de gestão se assemelha ao SUS (Sistema Único de Saúde)

A universalização dos direitos sociais é um dos princípios deste novo modelo socioassistencial. Neste contexto, a assistência social, a partir do princípio da intersetorialidade, propicia o acesso a pessoas em situação de *vulnerabilidade* pessoal e/ou social, às demais políticas setoriais, uma vez que busca garantir seguranças para seus usuários: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida e; de convívio ou convivência familiar e comunitária. Estas seriam as condições fundamentais para tornar o usuário do serviço socioassistencial alcançáveis pelas demais políticas. (Capacita SUAS. P.110. 2008)

A implementação do SUAS ocorre em julho de 2005, com a aprovação de sua Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), pela Secretária Nacional de

Assistência Social. Vale lembrar que o SUAS desde 2003 já era tema da agenda política, no âmbito da Assistência Social no Brasil.

“A IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, aprovou uma nova agenda política para o reordenamento da gestão das ações descentralizadas e participativas de Assistência Social no Brasil. Deliberou pela implantação do SUAS, modelo de gestão para todo território nacional, que integra os entes federativos e objetiva consolidar um sistema descentralizado e participativo, instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993.” (NOB SUAS, p.15)

O SUAS em seu modelo socioassistencial inova, ao afirmar para Assistência seu caráter não contributivo, sua forma de gestão, que se realiza de maneira descentralizada, o comando único realizado nas três esferas do governo vão direcionar a organização da Política de Assistência Social. Contando com a participação social, promovida pela sociedade civil, realizada em fóruns, conselhos e conferências de âmbito municipal, estadual e nacional, no controle, execução e gestão das Políticas. E inova também ao levar em consideração a perspectiva das relações familiares e comunitárias, buscando seu fortalecimento e proteção. (NOB/SUAS, 2005)

Para a execução da Política de Assistência Social, visto que o SUAS é o responsável por sua concretude, utiliza-se eixos estruturantes e subsistemas necessários para seu funcionamento, como: matricialidade sociofamiliar, descentralização político-administrativa e territorialização, controle social, participação popular, e um novo modelo de relação entre sociedade Civil e Estado. (Brasil, 2004).

O SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de Assistência Social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede assistencial, monitoramento e avaliação. (NOB/SUAS, 2005)

A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS como um novo modelo de gestão, representa de certa maneira a possibilidade de efetivar o proposto pela LOAS, uma gestão descentralizada, com comando único em cada esfera do governo, capaz de garantir e efetivar direitos de cidadania e inclusão social, por outro, enfrenta o desafio de romper com o legado histórico que traz enraizado a cultura do assistencialismo, do clientelismo, do patrimonialismo com base nas

relações de favor, e de se contrapor a reforma do Estado em andamento que afirma as antigas práticas políticas, considerando a lógica estatal de desresponsabilizar-se de suas funções em relação as políticas públicas no sentido de privilegiar o mercado e por meio dele o processo de acumulação capitalista.

Diante deste contexto, as políticas sociais brasileiras, e em especial a Seguridade Social, se encontram no fio da navalha na nova ordem do capital. Mesmo que, tardiamente, tenha sido garantida na Constituição Federal como campo de universalização de direitos, a sua efetivação na perspectiva de atendimento das necessidades do trabalho, está permanentemente em disputa, o que na conjuntura atual impõe um cenário regressivo e conservador, que focaliza e ameaça o direito e a cidadania, trazendo de volta a meritocracia, a disciplinarização, a refilantropização, a criminalização da Questão Social. (RAICHELIS, 2013, p.9.)

É importante lembrar que a aprovação de direitos sociais no Brasil, conquistados com a constituição de 1988, se dá na contramão da história, devido ao fato de ser neste período a implantação da lógica neoliberal no país tendo seu ápice no governo Fernando Henrique Cardoso. Neste período modificam as relações entre estado e sociedade, as políticas sociais começam a sofrer com os ideais da nova política econômica, sendo então redimensionada ante a privatizações, sofrendo cortes de gastos públicos, deteriorando desta forma os serviços ofertados pelo Estado.

A crítica neoliberal sustenta que o serviços públicos, organizados à base de princípios de universalidade e gratuidade, superdimensionam o gasto estatal. (IAMAMOTO, 2007. p.131.)

Com a contrarreforma do Estado a fim de que o país se enquadra-se ao receituário neoliberal, e em decorrência da financeirização do capital e da crise sistêmica que assola a maioria dos países de capitalismo central, o Brasil se ajusta ao ideários dos países neoliberais promovendo medidas de corte de gastos para as políticas sociais. Desta maneira passa a operacionalizar a Política de Assistência no limite das ações focalizadas e seletivas dirigida ao extremamente pobres.

O Estado passa à defesa de alternativas que envolvem as famílias, as organizações sociais e a “rede filantrópica de solidariedade social”, abdicando de políticas universais ancoradas no direito de cidadania. As medidas postas em prática pelo Estado na esfera da proteção social são reducionistas, voltadas primordialmente para situações extremas, com alto grau de seletividade e focalização, direcionadas à miséria e à pobreza absoluta, que não impactam significativamente os níveis de desigualdade social persistentes em nosso país. (RAICHELLIS, 2011.p. 8)

Para exemplificar bem essa questão, segundo Raichelis (2011) o Programa Bolsa Família, “carro chefe” da política social dos governos Lula e Dilma, apesar de

representar importante via de acesso a serviços não contributivos por grande parcela da população, e produzir impactos significativos da vida de seus beneficiários e na dinâmica das economias locais, caracteriza-se pela sua ultra focalização na extrema pobreza, operando com condicionalidades que limitam o acesso ao benefício.

Muitos são os desafios da PNAS, entretanto o SUAS no momento representa a possibilidade real de concretizar a assistência social enquanto política pública de proteção social, porém um dos mais desafiadores objetivos a serem alcançados é segundo Draibe (1993), romper com o trinômio do neoliberalismo, que é a privatização, focalização e seletividade da política pública e além destas integrar-se definitivamente com as demais políticas sociais a fim de garantir verdadeiramente a emancipação dos sujeitos usuários destas políticas.

2. Breve histórico do serviço social no Brasil e sua inserção na política de assistência social

2.1 O Serviço Social Brasileiro contemporâneo:

[...] “apresenta uma feição acadêmico profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso a terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 2009. P. 4).

De acordo com Iamamoto (2009), até chegar a construção e consolidação de um projeto profissional crítico, inovador, com fundamentos teórico-metodológico alicerçado na tradição marxista, sendo apoiado em valores e princípios éticos foi necessário um árduo caminho, que ao ser percorrido pelo Serviço Social esteve diretamente ligado ao conservadorismo e aos interesses da classe dominante, que segundo (Martinelli 2010) se iniciou sob revelador signo da aliança com a burguesia.

O Serviço Social é uma profissão que segundo Iamamoto e Carvalho (2009), surgiu como uma forma de resposta as expressões da questão social em um determinado período histórico. O seu significado social deve ser analisado perante o processo de produção e reprodução das relações sociais, e sua institucionalização como profissão é explicada através das contradições existentes nos processos sociais das relações entre as classes antagônicas, neste sentido:

O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho. Os Assistentes sociais, por meio da prestação de serviço sócio assistenciais – indissociáveis de uma dimensão educativa (ou político-ideológico) – realizada nas instituições públicas e organizações privadas, interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às variadas expressões da questão social, tais como experimentadas pelos indivíduos sociais no trabalho, família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública, entre outras dimensões.” (IAMAMOTO, 2008, p.163).

O serviço social no Brasil surge na década de 1930, fruto da iniciativa de vários segmentos da burguesia e da igreja católica, tendo como referência o Serviço Social europeu. Seu início está relacionado com o complexo quadro político e social que predominava no país naquele momento, a economia começava a se concentrar nas atividades industriais, no mercado de trabalho e na vinculação da economia ao

mercado mundial, deixando de ser eminentemente agrária e exportadora. (MARTINELLI, 2010)

O surgimento da profissão deve-se à emergência da sociedade burguesa que com o desenvolvimento do capitalismo trouxe como consequência o aumento das desigualdades sociais e o acirramento das expressões da questão social, o Serviço Social surge nesse processo para dar respostas às demandas tanto do capital quanto do trabalho, sendo seu exercício profissional polarizado por essas relações e interesses, participando também da reprodução dos antagonismos sociais. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2004)

A profissão vai se configurar no âmbito da relação entre o Estado e a sociedade, participando do processo de reprodução dos interesses do Estado e da preservação da ordem vigente, como também vai responder as necessidades da classe trabalhadora. Para realizar seu exercício profissional, o/a assistente social não pode eliminar essa contradição, já que as classes sociais só existem por estarem relacionadas.

[...] a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demanda do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta as necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história [...] (IAMAMOTO e CARVALHO, 2004, p.75)

O Serviço Social se institucionalizava por meio de um viés caritativo de cunho higienista e sem criticidade, pois até os referenciais da profissão estavam sendo orientados pela doutrina da Igreja Católica baseada no pensamento de São Tomás de Aquino. Assim sendo, a profissão aparece com o propósito de ajudar as pessoas mais frágeis e “docilizar” as pessoas mais pobres da sociedade, sem nenhuma perspectiva que fosse contrária a ideologia dominante (YAZBEK, 2009).

De acordo com Martinelli (2010), o Estado nesse momento associado a Igreja católica passa a assumir a regulação das tensões existentes entre o proletariado e a burguesia, se valendo de medidas controladoras, assistenciais e paternalistas, cria-se então o Centro de Estudos e Ação Social – CEAS, que viria a desempenhar um papel de extrema importância no sentido de qualificar agentes para a realização da prática social.

O CEAS foi criado para sediar a primeira escola de Serviço Social no Brasil, especificamente em São Paulo. A técnica de ensino teoria versus prática consistia em visitas a instituições beneficentes. A proposta de ensino-aprendizagem foi inspirada na Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas, com o objetivo de propagar os princípios da Igreja. Dessa forma, o assistente social, como profissão, começa a se inserir em órgãos públicos a partir da década de 1935 (YAZBEK, 2009).

[...] É, pois, na relação com a Igreja Católica, que o Serviço Social Brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político-sociais, orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrário aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja em face da “questão social” (YAZBEK, 2009, p. 131).

Influenciado pelo conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro, é especialmente a partir dos anos 1940, que este começa a avançar tecnicamente ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista. (YASBEC, 2009)

De acordo com Martinelli, (2010) é nesse período que o Serviço Social, unido ao Estado e a classe dominante começou a avançar em seu processo de institucionalização, despontando assim como grande empregador do/a assistente social, e em contrapartida passou a ampliar os mecanismos de controle sobre a organização e estrutura da categoria profissional.

Assim, pela criação e desenvolvimento de instituições assistenciais estatais particularmente na década de 1940, o Estado passa a intervir no processo de reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador e fiador dessas relações, tanto na viabilização do processo de acumulação capitalista, como no atendimento das necessidades sociais das classes subalternas (YASBEK, 2009, p.9.)

Após quase duas décadas do serviço social orientado pela lógica da igreja, enraizado em práticas assistenciais, na década de 1960 começa a surgir dentro da categoria profissional, profissionais que, envolvidos com movimentos sociais e lutas mais amplas no âmbito da defesa da democracia e dos direitos, conseguem buscar uma compreensão mais crítica da profissão.

É importante ressaltar que nesse período se implantava a ditadura militar no país, e segundo Martinelli (2010), o serviço social neste momento, continua em seu percurso *alienante* e *alienado*, apenas reproduzindo praticas que não promoviam nenhuma sincronia com a conjuntura vivenciada no período.

Vislumbra-se, no primeiro lustro dos anos sessenta, um duplo e simultâneo movimento: o visível despreguiço do Serviço Social “tradicional” e a crescente valorização do que parecia transcendê-lo no próprio terreno profissional, a intervenção no plano “comunitário” [...] o Desenvolvimento de Comunidade numa perspectiva macrosocietária, do ordenamento capitalista; e, enfim, uma vertente que pensa o Desenvolvimento de Comunidade como instrumento de um processo de transformação social substantiva, conectado à libertação social das classes e camadas subalternas. (NETTO, 2002, p. 140)

Entretanto todos os esforços por parte dos que estavam se concentrando para a formulação de uma perspectiva modernizadora do Serviço Social, foram segundo NETTO (1991) barrados pela Ditadura Militar. Porém não cessa, nem se esgota nesse momento a busca pela transformação da profissão, sendo esta, retomada entre os anos que compreendem de 1967 a 1984, período este denominado, processo de renovação do Serviço Social.

O início do processo de superação para com o Serviço Social tradicional é influenciado por dois seminários: Araxá (1967), realizado em Minas Gerais, com o propósito de visar a melhorias ao ser humano, tendo como base teórica a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e o Seminário de Teresópolis (1970), organizado no Rio de Janeiro. A necessidade desses encontros serviu para o Serviço Social alcançar cientificidade, uma legitimação teórico-metodológica, mesmo não rompendo efetivamente com a perspectiva conservadora da profissão (NETTO, 2002).

Enquanto profissão o Serviço Social tinha como base ideológica a perspectiva da Igreja Católica, esse cenário começa a mudar diante do agravamento das expressões da questão social, decorrentes da crise do capitalismo que se instaurava no País, a partir daí surge a necessidade de entender a realidade contraditória que se apresentava e buscar por novos conhecimentos, a fim de responder as novas demandas e os interesses da classe trabalhadora, a qual não podemos deixar de mencionar, fazem parte os assistentes sociais.

Nesse momento, se inicia um movimento conhecido como Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que abrangeu toda a América Latina, visando à ruptura com o antigo pensamento conservador e tradicionalista que tinha a profissão. No Brasil, essa proposta não chegou a ser desenvolvida consubstancialmente pela categoria, pois segundo Martinelli, (2010), a desunião propiciada por uma categoria fragmentada, fragilizada acabou propiciando uma nova

ruptura dentro da categoria, que passou a dividir os seus agentes em reconceituados e não reconceituados.

Netto (2009), afirma que o Movimento de Reconceituação foi um processo que buscou romper com o Serviço Social conservador, embora algumas vertentes ainda estivessem ligadas ao conservadorismo, foi através desse movimento que se buscou realizar um debate crítico sobre a profissão. Nesse momento fica evidente, a importância da pesquisa científica na formação profissional, a vinculação do exercício profissional aos interesses dos usuários e não mais aos princípios da classe burguesa. (NETTO, 2009)

Ainda de acordo com Netto (2009), o esforço em rever as bases da profissão, no Brasil teve três vertentes: a perspectiva modernizadora que propôs algumas modificações no trabalho profissional, mas que na verdade assumiu um viés conservador, buscando manter a ordem vigente adequando os indivíduos a ela. A perspectiva de reatualização do conservadorismo, com o intuito de restaurar os elementos da tradição conservadora, impregnada ainda de elementos da ideologia da Igreja Católica. E por fim a perspectiva de intenção de ruptura sendo esta a mais significativa, pois buscou romper com o conservadorismo tradicional propondo melhorias para a atuação profissional, com mudanças na orientação teórica e ideopolítica (NETTO, 2009).

Baseado na obra de Netto, (2009), percebemos que embora grandes esforços de mudança é somente partir de 1980 que a formação e o exercício profissional dos/as assistentes sociais, vão lentamente se submetendo a um processo de modernização, é então dado espaço a introdução de uma perspectiva crítica fortemente influenciada por teorias Marxistas que leva em consideração as contradições de classe e busca compreender o indivíduo em sua totalidade, e não mais em uma visão microssocial.

A incorporação do Marxismo e de outras perspectivas críticas para o Serviço Social transforma-se na base fundamental alterando os rumos da profissão, isso possibilitou que a categoria rompesse com algumas de suas práticas tradicionais e ainda guiou a categoria a construir um projeto profissional fundamentado por três dimensões: teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, neste sentido:

Pensar o exercício profissional a partir dessas três dimensões coloca a possibilidade de entender o significado social da ação profissional – formativa, interventiva e investigativa. Pensá-las de modo articulado e

orgânico, mas reconhecendo a particularidade de cada uma permite entender o papel da teoria como possibilidade, uma vez que leva ao conhecimento da realidade, indica caminhos, estratégias, bem como o instrumental técnico operativo que deve ser utilizado e como deve ser manuseado (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2012, p. 18).

Por volta dos anos 90, no Brasil ocorre a adoção do Estado Neoliberal, por parte dos governantes do país, fortemente influenciados pela ideologia hegemônica do neoliberalismo, “Estado máximo para o capital e mínimo para o social” (NETTO, 1993). Sendo assim resultantes deste processo a acentuação da questão social, resultando na flexibilização e precarização do processo de trabalho, apresentando novos desafios ao profissional e ao seu público. Para tanto, toda e qualquer nova configuração das expressões da questão social e dos projetos societários repercutiram diretamente no exercício profissional do/a assistente social (YAZBEK, 2009).

Diante deste cenário, a década de 1993 é também marcada pela revisão da Lei de Regulamentação da Profissão e pela reformulação do Código de Ética, o que traz maior visibilidade à profissão, reconhecendo como princípios fundamentais para o seu exercício:

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo

Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras

Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;

Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;

Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (BRASIL, 2011b, p.23-24).

Hoje o Serviço Social embasado pelos princípios do Código de Ética, e orientado pelo projeto ético-político, luta pela afirmação de direitos, por políticas públicas universais, serviços, programas e projetos que corroborem para a ampliação de direitos, não esquecendo que para tanto luta também contra o capital, tentando buscar instrumentos para ir ao encontro de um novo projeto societário, isto é, igualitário, democrático, que efetivem direitos. (IAMAMOTO, 2009).

A efetivação desses princípios remete à luta, no campo democrático-popular, pela construção de uma nova ordem societária. E os princípios éticos, ao impregnarem o exercício cotidiano, indicam um novo modo de operar o trabalho profissional, estabelecendo balizas para a sua condução nas condições e relações de trabalho em que é exercido e nas expressões coletivas da categoria profissional na sociedade (IAMAMOTO, 2002, p. 21).

2.2 Assistente social e o SUAS: as contradições e os desafios do trabalho profissional

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sócio técnica do trabalho, atua na relação entre o Estado e a sociedade e na produção e reprodução da vida social. Dispõe de estatuto jurídico reconhecido pela Lei 8.662 de 7 de junho de 1993 e de um Código de Ética Profissional que estabelece os princípios fundamentais da profissão. (IAMAMOTO, 2009)

Seu exercício profissional é balizado pela trama das relações e interesses sociais que fundam a sociedade capitalista e tem na questão social seu principal objeto de trabalho.

Enquanto profissão participa de mecanismos de exploração e dominação ao mesmo tempo que oferece resposta para as necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução dos antagonismos dos interesses sociais, deste modo “participa de um processo que tanto permite a continuidade da sociedade de

classe quanto cria as possibilidades de sua transformação. (IAMAMOTO, 2009, p.12).

Segundo Yazbek (2009), o Serviço Social na sociedade brasileira regulamenta-se como profissão liberal devido as novas formas de encarar a questão social, estando vinculado à administração e execução das Políticas Sociais materializadas em esferas de âmbito público e privado, tendo como seus destinatários a população como um todo.

Entretanto é necessário ressaltar que o trabalho do/a assistente social embora tenha caráter liberal, em sua prática se efetiva, a relação existente na compra e venda de mão de obra, ou seja, a relação contratual existente faz com que o Serviço Social seja, na sua maioria, assalariado, dependendo assim o/a profissional de contratação para exercer suas atividades, tendo assim sua autonomia profissional tensionada pela compra e venda da força de trabalho. (IAMAMOTO 2008).

Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais. Eles impõem, ainda, exigências trabalhistas e ocupacionais aos seus empregados especializados e mediam as relações com o trabalho coletivo por eles articulados (IAMAMOTO, 2007, p. 215).

O Serviço Social norteia-se pelo Projeto Ético-Político sendo este a base para sua atuação profissional, tem como matriz teórica a vertente marxista, teoria crítica, tendo seu projeto voltado para a classe trabalhadora, visando a consolidação dos direitos sociais, passando assim a intervir na realidade social.

Como matriz teórico metodológica esta teoria aprende o ser social a partir de mediações, ou seja, a natureza do ser social não é percebida em sua imediatez. (...) As relações sociais são sempre mediadas por situações, instituições, que ao mesmo tempo revelam/ocultam as relações sociais imediatas. (...) Trata-se, portanto de um conhecimento que não é manipulador e que apreende dialeticamente a realidade em seu movimento contraditório. Movimento no qual e através do qual se engendram, como totalidade, as relações sociais que configuram a sociedade capitalista. (YASBEK, 2009, p.10)

Os Assistentes Sociais atuam nos mais diversos espaços ocupacionais podendo estar presente na esfera pública ou privada, podendo ser requisitado no Estado nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário, em empresas privadas capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais. (IAMAMOTO, 2009).

Embora o campo de atuação do/a assistente social seja bem diversificado, Iamamoto (1999), afirma que é no setor público que se encontra o maior número de Assistentes Sociais, principalmente nas esferas municipais, na execução direta da administração.

Raichelis (2010), afirma que a política de assistência social é um campo privilegiado de atuação do (a) assistente social em razão da implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que ocorreu em 2005 como forma de operacionalizar a Política Nacional de Assistência Social, com isso foram criados equipamentos como CRAS e CREAS, possibilitando a expansão do exercício profissional e exigindo da categoria novas capacidades para atuar em cargos de planejamento, avaliação e monitoramento, possibilitando, além disso, a atuação desse profissional em cargos de gestão.

Os dados do Censo SUAS (BRASIL, 2013), apontam que o número de trabalhadores nos CRAS entre 2010 e 2012 saltou de 51.692 para 68.275, e nos CREAS houve um aumento de 14.575 para 19.876 profissionais.

O Estado brasileiro conta atualmente com cerca de 120 mil profissionais, e é o segundo país no mundo em contingente de assistentes sociais, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (BRASIL, 2014).

Além do aumento do campo de atuação profissional, a vinda do SUAS trouxe ao assistente social a oportunidade de realizar um trabalho em articulação com outros profissionais de diferentes áreas do conhecimento, como psicologia, sociologia, pedagogia, entre outras. Várias categorias que juntamente com o Serviço Social são chamadas a realizar o trabalho interprofissional na Política de Assistência Social, (IAMAMOTO, 2002)

A implementação do SUAS trouxe avanço além do aumento de postos de trabalho, no âmbito da gestão dos recursos humanos, ao ser aprovada a NOB/RH exige um certo número de trabalhadores para as equipes de referência (CRAS e CREAS), e enfatiza a importância do vínculo profissional que deve por meio de concurso público, considera ainda os planos de carreiras e salários e, por fim, proporcionou novas formas de organização à assistência social (RAICHELIS, 2010).

Embora seja constatado esses avanços é necessário lembrar que as políticas sociais brasileiras em especial a PNAS, enfrentam profundos paradoxos à medida

que buscam efetivar direitos conquistados, encontram sérios impedimentos ao seu reconhecimento que:

“Em função dos ajustes à ordem capitalista internacional, com seu caráter regressivo e conservador, que focaliza, ameaça o direito e a cidadania, trazendo de volta a meritocracia, a disciplinarização, a refilantropização, a criminalização da Questão Social” (RAICHELIS, 2013, p. 619).

Esse não é o único desafio a ser enfrentado pelo trabalhador/a assistente social, seu exercício profissional é tencionado pela compra e venda da força de trabalho, se tornando trabalhadores assalariados, empregados de determinadas instituições tendo assim suas condições de trabalho delimitada pela instituição (IAMAMOTO, 2009).

As exigências impostas por distintos empregadores, no quadro da organização social e técnica do trabalho, também materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõe regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além de normas contratuais (salário, jornada, entre outros), que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelece limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais. (IAMAMOTO, 2009, p. 32)

Além de ter suas atividades delimitada, YASBEK, (2009 p.15), afirma que os/as assistentes sociais “mantêm dupla vinculação com as instâncias mandatárias institucionais, que o contratam para realizar o trabalho, mediante assalariamento”; e com a população usuária a quem o profissional presta serviço.

Para Raichelis (2011), o trabalho dos assistentes sociais encontra-se permeado por um duplo processo contraditório, o prazer determinado pela possibilidade de realizar um trabalho que possa materializar direitos a amplas parcelas dos segmentos da sociedade, e pela pauperização da classe trabalhadora, que sofre pela escassez de recursos e meios que de fato, façam frente às questões estruturais que determinam a pobreza e a desigualdade social.

Fazendo com que não somente as Políticas Públicas sofram com precariedade de recursos, mas também os profissionais que operam as políticas e os usuários que tem muitas vezes seus direitos negligenciados por tal situação. (Iamamoto, 2009)

Os/as assistentes sociais também sofrem com a precarização do trabalho ocasionadas pela crise do capitalismo mundial, monopolista e financeirizado, que se inicia nos anos 1970, caracterizando-se, pela voracidade, diversidade e intensidade com que se dá o processo de extração de mais valor. Provocando profunda

mudanças nas relações de trabalho, ocasionando em informalização, insegurança e desproteção no trabalho, além de novas formas de contratação da força de trabalho assalariada, que se dá através de trabalhos terceirizados, subcontratados, temporários, domésticos, em tempo parcial ou por projeto. (ANTUNES, 2011).

A reestruturação produtiva em curso desde a década de 1970 desencadeia um conjunto amplo e diversificado de processos, tais como encolhimento industrial, ampliação do setor de serviços, redefinição do papel do Estado, explosão do desemprego estrutural em escala global, que atinge grande parte dos trabalhadores, combinada com a precarização e deterioração da qualidade do trabalho, dos salários e das condições em que ele é exercido, que se agravam ainda mais considerando recortes de classe, gênero, geração, raça e etnia. Processo este impensável sem a intervenção ativa dos Estados nacionais e do fundo público financiando a acumulação e as altas taxas de lucratividade do capital em detrimento do trabalho. (Raichelis 2009, p. 5)

Outras implicações acerca do exercício profissional no âmbito do SUAS, de acordo com Raichelis, (2011) são os processos de subcontratação, ou seja, contrata-se assistentes sociais por meio de empresas de prestação de serviços ou de assessoria, cooperativas que prestam serviços ao governo, nesse cenário merecem destaque as organizações não governamentais (ONG's), oferecendo exercício profissional privado, temporário, por projeto, em função das novas formas de gestão das políticas sociais.

Em relação as ONG's, Yasbek afirma que:

[...] alternativas privatistas para a "questão social", crescem as ações no campo da filantropia e as organizações não governamentais, sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, envolvidas na construção de uma esfera de interesse público, não estatal. Emergem como alternativas em face da limitação da ação social do Estado neoliberal e pelo papel subsidiário que cabe ao Estado neste contexto, no âmbito da Proteção Social, propostas seletivas, reducionistas, apenas suficientes para minimizar as consequências negativas dos programas de ajuste estrutural. (YASBEK, 2009. p. 17)

Conforme apontado é possível perceber que o trabalho do/a assistente social esta diretamente ligado, com as relações de classe e as transformações societárias. Sem dúvidas, as transformações contemporâneas decorrentes do cenário capitalista promovem impactos significativos e promovem demandas ao Serviço Social que exigem além de conhecimento, estratégias para seu enfrentamento, estratégias essas que possam ir de encontro a classe trabalhadora muitas vezes subalternizada pela lógica do capital.

Embora a categoria profissional não disponha de um bloco homogêneo, em que todos os partícipes possuam a mesma concepção de direitos, é inaceitável

negar que a profissão teve e tem participação fundamental e indiscutível na defesa dos direitos sociais e na construção e consolidação das políticas sociais. (BEHRING & BOSCHETTI, 2011)

Elaborando uma breve síntese, é possível afirmar que o Serviço Social brasileiro, que se depara com todas essas complexas transformações societárias que alteram suas relações de trabalho cotidianamente, promovendo escassez de recursos tanto materiais quanto humano, dificultando o exercício profissional, colocando em xeque sua autonomia, não está desprovido de qualificações, para o enfrentamento de tais questões, “tratando-se de uma profissão que alcançou a maturidade e que vem se constituindo em interlocução privilegiada em seus diversos espaços de ação” (YASBEK, 2009. p. 19)

3. Caminhos da pesquisa: O percurso metodológico

3.1 Percurso metodológico

O presente trabalho, utilizou-se diferentes tipos de abordagem metodológica para elaboração deste estudo, optou-se por desenvolver uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando como método inicial a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores e dos estudos analíticos constantes do texto. (SEVERINO, 2007, p. 122)

Também foi utilizada a pesquisa documental, centrada na análise dos documentos regulamentadores da Política de Assistência Social, tais como, Constituição Federal (1988), Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (1993), Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004) e Norma Operacional Básica - NOB/SUAS (2005). De acordo com Gil (2002, p.62), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo o autor, e o que a diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa.

Além destas foi realizada pesquisa de campo que trouxe contribuição significativa para o trabalho, pois possibilitou a coleta de informações a partir de questionários semiestruturados, que é segundo Gil (2002, a técnica de investigação com um número relativamente elevado de questões escritas apresentadas aos entrevistados visando conhecer suas opiniões, crenças, interesses, expectativas etc.

Atualmente o município de São Vicente/SP conta com um total de 4 (CRAS). Centro de Referência em Assistência Social, com efetivamente 14 assistentes sociais. O questionário foi aplicado aos 14 profissionais, inseridos no referido equipamento social, inicialmente foi feito contato pelo telefone, posterior a isso foram

entregues os questionários, onde se obteve um total de sete respondidos, ou seja 50% dos profissionais participaram deste estudo.

Para análise do resultado obtido através dos questionários, foi feito a tabulação dos dados quantitativos que foram demonstrados por meio de gráficos, e para as respostas qualitativas foi realizada a transcrição fidedigna das respostas dos sujeitos envolvidos nessa pesquisa.

Por último, não menos importante, cabe destacar que a participação dos sujeitos da pesquisa esteve condicionada a aprovação do protocolo de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa e ao consentimento dos próprios sujeitos, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APENDICE B).

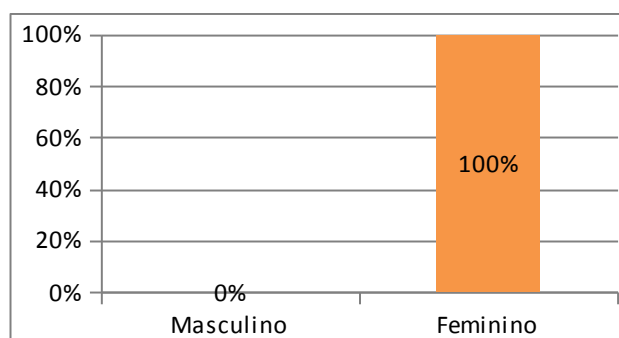
3.2 Perfil das Assistentes Sociais

Neste item será trabalhado a análise dos dados obtidos através dos questionários enviados aos profissionais Assistentes Sociais, inseridos nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

3.2.1 SEXO DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

O gráfico 01 trata do sexo dos participantes, onde os resultados apontam que 100% dos participantes são do sexo feminino, confirmando a tendência histórica da profissão, que Segundo o CFESS (2005), segue sendo predominantemente feminina.

Gráfico 1: sexo dos participantes

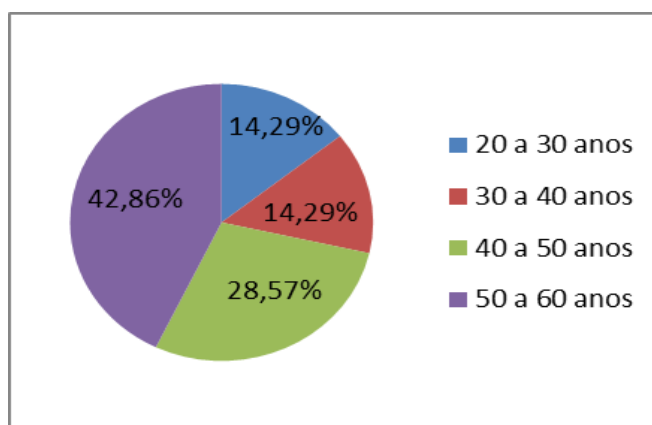


Fonte: dados da pesquisa

3.2.2 FAIXA ETÁRIA

O gráfico 02 mostra a faixa etária das assistentes sociais, dos 100% das participantes 43% estão na faixa de idade que compreende dos 50 a 60 anos, 29% dos 40 a 50 anos e 14% na faixa etária que compreende dos 30 aos 40 anos e dos 20 aos 30 anos de idade.

Gráfico 2: Faixa etária dos participantes da pesquisa

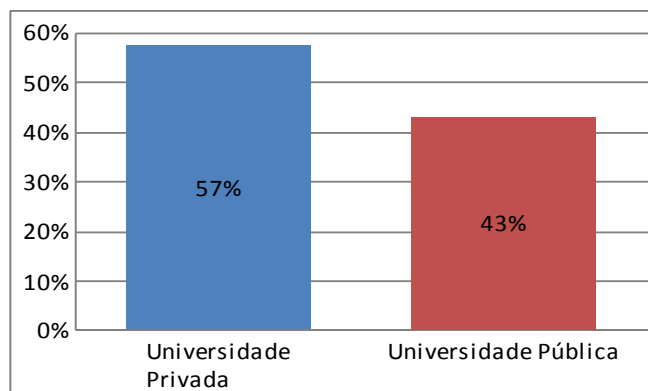


Fonte: dados da pesquisa

3.2.3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O gráfico 03 aborda a formação profissional, mostrando a instituição e o tipo de graduação que cursaram as participantes, se essa se deu em pública ou privada, o resultado mostra que dos 100% das participantes da pesquisa, 57% se formaram em instituição privada e 43% em instituição pública.

Gráfico 3: Formação profissional

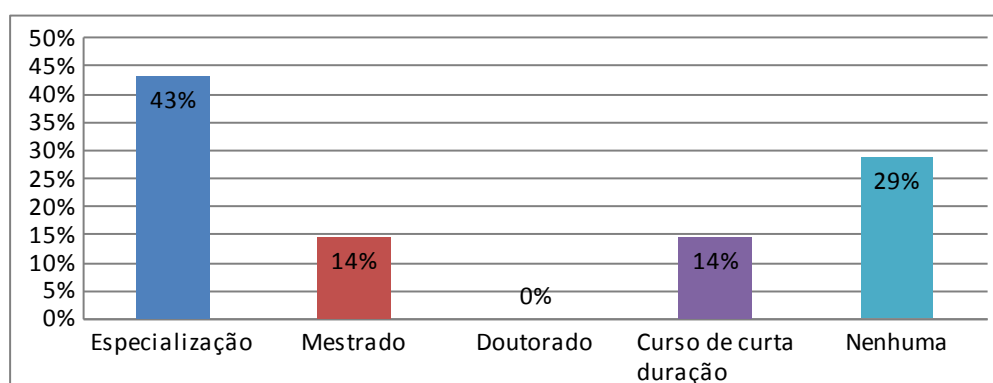


FONTE: dados da pesquisa

3.2.4 FORMAÇÃO CONTINUADA

O gráfico 04 traz dados acerca da formação continuada das profissionais envolvidas nesta pesquisa, revelando que das 100% dos participantes, 71% possuem algum tipo de formação continuada, sendo desses 71%, 43% com curso de especialização, 14% mestrado, 14% curso de curta duração e 29% nenhum tipo de formação continuada.

Gráfico 4: Formação continuada



FONTE: Dados da pesquisa

Quando perguntado aos Assistentes Sociais sobre a formação continuada, quais fatores poderiam ser atribuídos a falta desta formação, algumas das entrevistadas responderam:

AS1: a falta de tempo e a falta de recurso financeiro seriam os maiores empecilhos para a falta de especialização.

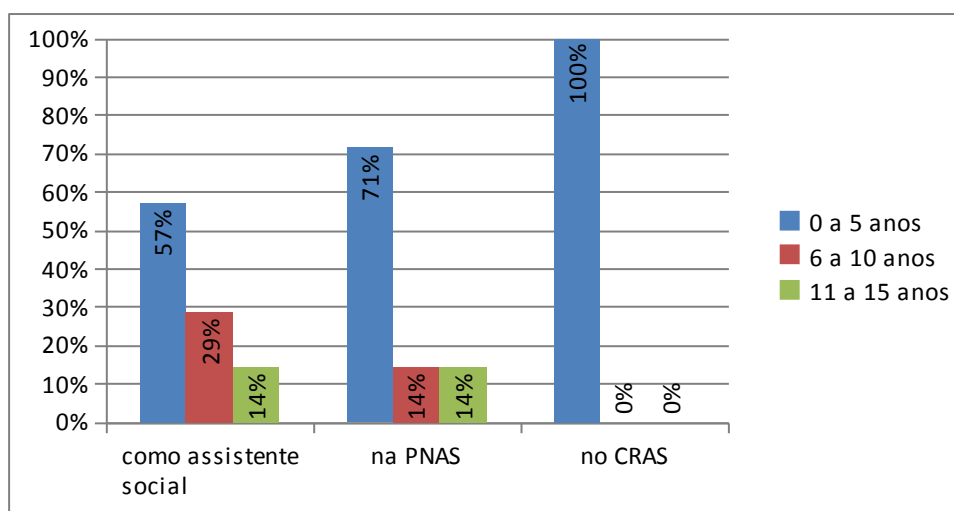
Embora a categoria profissional ofereça através de suas diferentes instituições de ensino e pesquisa a oferta de cursos que possibilitem a formação continuada, é importante destacar que aqui nesse caso, existe uma lacuna que de certa maneira impossibilita essas assistentes sociais em questão, a participar desta oferta, o que prejudica além do trabalho profissional os sujeitos atendidos por estes profissionais

“Quanto mais qualificados os servidores públicos, menos sujeitos a manipulação e mais preparados para enfrentar os jogos de pressão política e de cooptação nos espaços institucionais, conferindo maior qualidade ao trabalho realizado.” (CAPACITA SUAS, 2010. p.34)

3.2.5 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

O Gráfico 5 mostra os dados referente ao tempo de atuação profissional das assistentes sociais no diferentes espaços ocupacionais ligados a Política de Assistência Social, dos 100% das participantes, 57% possuem de 0 a 5 anos de experiência como assistente social, de 6 a 10 anos, 29% dos participantes e de 11 a 15 anos 14% dos mesmos. Na Política de Assistência Social no que diz respeito a atuação profissional, 71% dos participantes possuem experiência de atuação de 0 a 5 anos, e 14 % possuem experiência de 6 a 10 e 14% de 11 a 15 anos, quanto ao exercício profissional no CRAS os 100% dos participantes afirmaram de experiência de 0 a 5 anos.

Gráfico 5: Experiência profissional



Fonte: dados da pesquisa.

3.3 Condições de Trabalho das Assistentes Sociais nos CRAS

3.3.1 CONTRATO DE TRABALHO/REMUNERAÇÃO

Sobre as condições de trabalho, foi perguntado aos profissionais sobre o tipo de contrato de trabalho, e todas responderam que são estatutárias, quanto à remuneração foi constatado que todas as assistentes sociais recebem de 02 a 03 salários mínimos, e que nenhuma delas recebe nenhum benefício além do salário, além da baixa remuneração muitas se queixam da falta de incentivo por parte da prefeitura, pois a mesma não oferece nenhum complemento de renda, tais como plano de carreira e adicional para quem possui especialização, e todas afirmaram ser esse seu único vínculo empregatício.

O que evidencia a desvalorização e a precarização das relações de trabalho, na qual se inserem os assistentes sociais, podendo ser de certa maneira explicado pelo contexto histórico da política de assistência social no Brasil, que por muitas vezes foi tratada sob a perspectiva do imprevisto, do imediatismo e do Estado que por sua vez sob a lógica neoliberal, coloca a questão do baixo fundo público reservado ao financiamento da assistência social. (RAICHELIS, 2011)

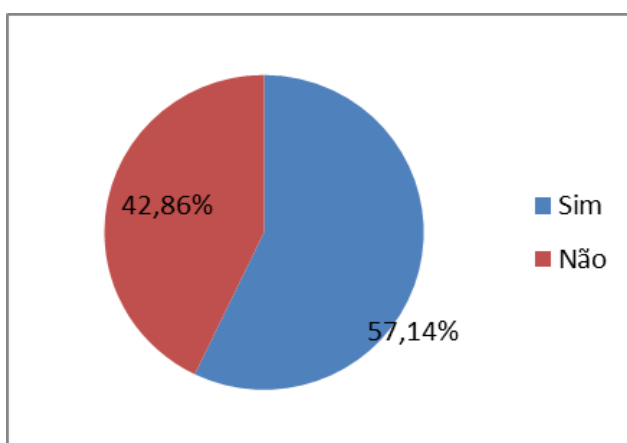
Como maneira de regulamentar as questões entre gestores e trabalhadores do SUAS, foi criado em 2006 a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

(NOB/RH, 2006), que oferece subsídios para a gestão pública do trabalho nesta política, a norma traz aspectos importantes para os trabalhadores da Política Nacional de Assistência Social como o plano de carreira, salários, capacitação continuada dos profissionais, inserção na carreira por meio de concursos públicos. Entretanto mesmo sendo aprovada há alguns anos, constatamos que a mesma não se cumpre integralmente, pelo menos nesse município.

3.3.2 CAPACITAÇÃO OFERTADA PELA PREFEITURA

O gráfico sete apresenta os dados referente a oferta de capacitação realizada pela prefeitura, das sete entrevistadas, quatro disseram ter realizado, três das assistentes sociais afirmaram estar na prefeitura recentemente e que ainda não haviam tido a oportunidade de participar, as capacitações citadas por elas são: Mediação, Suas, Álcool e Drogas, Cadastro único, Idoso, família, Criança e adolescente.

Gráfico 6: Capacitação ofertada pela prefeitura



Fonte: Dados da Pesquisa

Entretanto a fala de uma das assistentes sociais sobre essa questão merece destaque.

AS3: São capacitações pontuais, das quais não há aprofundamento e tampouco aplicabilidade no serviço.

Quanto a capacitação, formação continuada, o município tem concretizado o que pressupõe a NOB/RH, e a política de Gestão de Trabalho no âmbito do SUAS. A oferta a essas capacitações tem sido feita, entretanto é preciso avaliar e discutir se a mesma tem seguido a orientação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2011e, p. 42), que pressupõe que “a capacitação dos trabalhadores da Assistência Social tem por fundamento a educação permanente e deve ser feita de forma sistemática e continuada”. É ainda necessário segundo o Código de Ética do Assistente Social (BRASIL, 1993): “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”

3.3.3 INFRAESTRUTURA DO ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL

Sobre o local de trabalho e as demandas cotidianas dos/as assistentes sociais, os dados foram surpreendentes, pois percebemos que os mesmos não apresentam coerência com as resoluções para o exercício profissional.

Segundo o código de ética profissional a/o Assistente social precisa ter condições dignas de trabalho, com estrutura, sala própria, o que contradiz a realidade. Das sete assistentes sociais entrevistadas nenhuma possui sala para atendimento individualizado, tendo que dividi-las com outros profissionais, acabando assim por prejudicar o atendimento, pois além de inibir, interfere na privacidade dos usuários.

Artigo 7º Constitui direito do Assistente Social:

a) dispor de condições de trabalho condignas seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional; (CÓDIGO DE ÉTICA, 1993)

Além do código de ética o CFESS também se preocupa com essa questão. A resolução do CFESS nº 493/2006, dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social no artigo 2º:

- O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas:

- Iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional;

_ Recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;

_ Ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas, espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado. (CFESS, 2006)

Foi possível constatar que a falta de espaço adequado não é o único problema vivenciado por essas profissionais, algumas das assistentes sociais não possuem em sua sala telefone, tendo que se dirigir a recepção toda vez que precisam utilizar o telefone em algum atendimento, dificultando assim o trabalho, e nenhuma das entrevistadas possui computador em suas salas.

Quanto ao veículo para realizar visitas domiciliares das sete entrevistadas três afirmaram ter veículo para a realização desta, entretanto uma das assistentes sociais diz o seguinte:

AS 5: Olha, na teoria tem o carro, mas a quantidade de veículos é insuficiente, temos que marcar com muita antecedência e sempre que precisamos nunca há disponibilidade, por vezes ouvi a coordenadora dizer para fazer visita domiciliar de ônibus o que para mim é um absurdo, pois ficamos totalmente expostas, e desprotegidas, uma vez que trabalhamos em uma área de grande violência.

3.3.4 EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

Quanto a composição da equipe profissional, em todos os CRAS possui assistentes sociais, porém nenhuma delas exerce cargo de chefia, de coordenadora, sendo este ocupado por psicólogas. Possui assistente administrativo, serviços gerais e estagiários de serviço social e psicólogos em todos os equipamentos pesquisados.

A gestão enquanto espaço de atuação profissional, é de extrema importância para o exercício profissional do assistente social, principalmente no âmbito do SUAS, visto que este é um sistema que busca consolidar a Política de Assistência Social enquanto direito universal. Tendo em vista que o/a assistente social é um profissional que tem todo preparo teórico metodológico, ético político e técnico

operativo que lhes dá todo respaldo em seu exercício profissional, sendo este capaz de não somente romper com a rotina da instituição, mas apreender o movimento da realidade, no sentido de detectar as possibilidades. (CARDOSO et al, 2014)

É importante lembrar que inicialmente os profissionais de serviço social eram requisitados apenas para operacionalizar as políticas públicas/sociais, entretanto a partir da reformulação e amadurecimento pelo qual passou o Serviço Social no sentido da sua perspectiva teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativo as/os profissionais passaram a assumir também o planejamento e gestão das políticas públicas, se tornando esse um espaço extremamente importante de atuação (CARDOSO et Al, 2014)

Assim, se faz importante e necessário para a própria profissão discutir os espaços do exercício profissional, que relações estabelecemos, que reflexões fizemos, como deixamos impressas as marcas da profissão, quais os diálogos que estabelecemos e como estamos lidando com este espaço de gestão que nos é direcionado, e deste modo avaliar e aprofundar a discussão sobre a nossa atuação. (CARDOSO et Al, 2014. p.2)

3.3.5 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Merece destaque a questão da participação política destes profissionais, pois através da pesquisa foi possível perceber que nenhuma delas participa de movimento sindical, nem em conselhos de direito.

Quanto a participação dos/as assistentes sociais em conselhos o CFESS afirma que:

[...] a participação do(a) assistente social nos conselhos de direito ou de políticas sociais indica o exercício do “controle social”, o que implica exercício democrático de acompanhamento de avaliação e gestão da política, do plano da política e dos recursos financeiros destinados a sua implementação. Entende-se como uma das formas de exercício desse controle o zelo e a ampliação e qualidade da rede de serviços para todos os usuários desta política. (CFESS, 2006. p. 48)

Segundo pesquisa do CFESS (2006), a participação dos/as assistentes sociais, em conselhos de direitos ou de políticas sociais, ainda é pequena, não sendo totalmente disseminada, embora haja uma expansão das diferentes possibilidades que se abre aos assistentes sociais participantes destes conselhos, seja como representante governamental, como representante dos profissionais ou assessores.

Iamamoto (2002) destaca a importância da inserção e atuação das/dos assistentes sociais nestes espaços que são os conselhos e movimentos sociais. Trata-se deste modo de reassumir o trabalho de base, de educação, de mobilização e organização popular, que parece ter sido suprimido do debate teórico-profissional frente ao refluxo dos movimentos sociais. Para tanto necessita-se de uma releitura crítica da profissão, reapropriando-se das conquistas históricas perdidas, ao mesmo tempo, superando-as de modo a adequar a condução do trabalho profissional aos novos desafios do presente.

3.3.6 CONHECIMENTO DO TERRITÓRIO/RELAÇÃO COM A REDE DE SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAIS

Ao serem questionadas sobre o conhecimento do território, principais questões e articulação com a rede de equipamento apenas duas, das sete entrevistadas, demonstraram conhecer e fazer essa articulação, o que aponta uma questão preocupante, pois se o profissional, não conhece o território, que é o espaço que trabalha, dificilmente consegue atuar de maneira eficaz, no âmago da questão, o que pode tornar seu trabalho profissional pontual, imediatista. Neste sentido cabe uma pergunta como o/a profissional formula uma estratégia de trabalho se ele/ela afirma não conhecer as questões e o espaço em que se dá o seu trabalho?

Nessa perspectiva, Raichelis (2011) corrobora que o/a assistente social precisa se apropriar de uma visão crítica da realidade em que atua, para identificar mecanismos que contribuam com a superação do cumprimento de tarefas meramente burocráticas e mecanizadas demandadas pela instituição.

[...] um conhecimento mais amplo sobre os processos de trabalho, os meios de que dispõe o profissional para realizar sua atividade, a matéria sobre a qual recai a sua intervenção, e também um conhecimento mais profundo sobre o sujeito vivo, responsável por esse trabalho que é o próprio profissional (RAICHELIS, 2011, p. 428)

3.3.7 ATRIBUIÇÕES DAS ASSISTENTES SOCIAIS

Quanto as atribuições das assistentes sociais nos CRAS, fica evidenciado que elas realizam atendimentos PAIF, acolhida dos usuários, orientação quanto a

questão de documentação. Das sete entrevistadas duas afirmaram serem responsáveis pelo programa Renda Cidadã, programa este do Governo do Estado para geração de renda. Segundo elas a principal demanda cotidiana é predominantemente o preenchimento e atualização do cadastro único, ou o “bolsa família” como muitas se referem, concessão de “benefícios” eventuais quando disponível e vale transporte. O acesso dos usuários ao serviço se dá de maneira espontânea e agendada e alguns oriundos de outros serviços, como Conselho Tutelar, Saúde, CREAS entre outros.

É importante ressaltar que os objetivos da Política Nacional de Assistência Social são:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem;

Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;

Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Tendo em vista a fala das assistentes sociais, percebe-se que o que é preconizado na PNAS efetivamente não tem se aplicado, como por exemplo: o trabalho com as famílias, o trabalho comunitário, realizado com grupos, seja ele idoso, ou até mesmo de condicionalidades não foi em nenhum momento citado pelas assistentes sociais, isso é possível constatar quando em um outro momento, em uma das falas, a assistente social menciona que muitos usuários conhecem o CRAS como lugar do Bolsa família, o que demonstra de certa maneira a burocratização do serviço, imediatividade e respostas emergenciais a demandas apresentadas.

Tais ações que remem a imediatividade, e que possuem caráter pontual podem de certa maneira serem explicadas pelos estigmas históricos que estão relacionados a caridade e benemerência, “impregnado inclusive as representações dos próprios trabalhadores da área. Neste sentido coloca-se em questão a:

” resignificação da identidade de trabalhador da assistência social referenciada em princípios éticos, políticos e técnicos, qualificada para assumir o protagonismo que a implantação do SUAS requer”. (CAPACITA SUAS, 2010. p. 33).

3.4 Desafios do trabalho profissional nos CRAS de São Vicente

Ao serem questionadas sobre as maiores dificuldades do trabalho profissional, a grande maioria relatou a falta de recursos e o preenchimento do cadastro único, vejamos o que dizem a respeito das dificuldades relatado pelas profissionais:

AS 1: Precariedade do serviço. Falta de recursos materiais, falta de articulação dos profissionais, ausência do trabalho em rede, mecanização dos atendimentos, há dias em que se realiza atualização do bolsa família que cada profissional atende mais de 30 pessoas, sem tempo para reflexão e atendimento de qualidade.

AS 5 :Falta de recursos, não deveria preencher cada unico o profissional assistente social, falta de trabalho em rede- referência/contra referência, encaminhamentos da Política de Assistência Social nas demais políticas setoriais. Sobrecarga de trabalho, pois o CRAS que trabalho atende há dois territórios.

AS 7: Tenho encontrado diversas dificuldades, principalmente porque trabalhei por diversos anos com violência doméstica contra criança/adolescente, antigo programa sentinela e depois com idosos e mulheres. Estava habituada a trabalhar em atendimentos individualizados, era um outro formato e desenvolver ações em que tinha que fazer articulações com a rede de atendimento. No momento percebo que a maioria dos profissionais da rede básica é pouco implicado com as questões que nos permeiam cotidianamente. Os profissionais não se empoderaram, creem que a autonomia profissional nos é dada. Poucos querem estudar, aprofundar os conhecimentos, o que dificulta a troca cotidiana que está baseada em conteúdos pessoais e não em teórico metodológico. Com a mudança da sigla partidária, muitas coisas deixaram de existir, (tínhamos muita dificuldade), mas agora as coisas ficaram piores. Se eu já estava com dificuldades devido ao pouco tempo de trabalho nessa proteção, elas potencializaram. Logo tenho procurado ler a Política de Assistência Social, participar de palestras e seminários, principalmente os ofertados pela Unifesp e ver se não há cursos on-line.

Diante das falas das assistentes sociais, é importante mencionar que a profissão foi e é permeada por dificuldades dada as particularidades de um sistema voraz e contraditório como o capitalista. Desse modo, evidencia-se através desta pesquisa que os espaços de inserção ocupacional encontram-se demasiadamente precário, promovendo, ausência de Planos de Carreira baixos salários, falta de incentivos, ausência de gestores participativos, ações clientelistas e patrimonialistas, entre tantas outras questões que emergem no cotidiano profissional, que muitas vezes o impedem de atuar de maneira reflexiva, de acordo com a perspectiva crítica defendida pela categoria profissional , com vistas a superar os interesses individuais, tão peculiares à ordem vigente.

Dessa forma, Iamamoto (2012) nos dá subsídios necessários quanto à importância do Projeto Ético-Político no exercício profissional:

Pensar o projeto profissional supõe articular essa dupla dimensão: de um lado, as condições macrosociais que estabelecem o terreno sócio histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro lado, as respostas técnico-profissionais e ético-políticas dos agentes profissionais nesse contexto, que traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais [...] (IAMAMOTO, 2012, p. 40).

Outro desafio a ser vencido pelos profissionais é a burocratização do trabalho dos assistentes sociais, que de acordo com Raichelis (2011), tem sido cada vez mais evidente, e afastado os profissionais do trabalho direto com a população, impedindo o estabelecimento de ações continuadas.

Finalizando a exposição desses dados coletados, foi perguntado como as assistentes sociais avaliam a gestão⁴ da Assistência Social no município. Em sua maioria, as entrevistadas responderam que a gestão ainda esta em processo, pois é nova, sendo esse seu primeiro governo, não podendo então avaliar efetivamente, porém há entrevistadas que avaliam a gestão como precária e insuficiente, tendo muitos desafios no que se refere a compreensão da política de assistência social, da transparência das ações; da articulação com e entre os profissionais

Conforme Iamamoto (2012), a lógica neoliberal, orientada pela financeirização do capital não aprova a ideia dos serviços públicos, principalmente os pautados na perspectiva da universalidade e direito, sendo assim os investimentos para esse fim são tidos como gastos que superdimensionam os cofres públicos. Deste modo:

O assistente social, que é chamado a implementar e viabilizar direitos sociais e os meios de exercê-los, vê-se tolhido em suas ações, que dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos para operar as políticas sociais” (IAMAMOTO, 2012, p. 57).

Outra questão a qual se depara o profissional é de que esses espaços para qual os/as assistentes sociais vendem sua força de trabalho muitas vezes determinarão as atribuições, bem como os instrumentos e os meios que irão utilizar para desenvolver o seu trabalho, sendo muitas vezes as instituições as definidoras de quais dimensões da “questão social” serão prioritariamente contempladas. (RAICHELIS, 2011)

⁴ Questionário respondido em 2014, gestão municipal em exercício, Prefeito Luís Claudio Bili, Secretária de Assistência Social, Eliana Ventura da Silva. Disponível em <http://www.saovicente.sp.gov.br/secretaria/index.asp>. Acesso em jun. 2015.

A precarização das relações de trabalho bem como das condições a qual estão inseridos profissionalmente os trabalhadores são evidentes, muitos limites e desafios emergem cotidianamente em seu exercício profissional, prejudicando significativamente o trabalho do/a assistente social bem como os usuários desta política, entretanto é necessário que os/as profissionais se apropriem de práticas que consigam de fato efetivar o acesso dos usuários, viabilizando seus direitos, nesta política que é a Política de Assistência Social.

Nesta perspectiva é essencial que o/a assistente social reflita sobre sua atuação e sobre seu espaço de trabalho tendo como norte o projeto ético-político, para poder assim buscar alternativas e possibilidades que sejam capazes de melhorar e efetivar sua intervenção profissional cotidianamente, concretizando os direitos sociais da população usuária já que esse é um dos principais motivos para o qual o/a assistente social trabalha. Além disso, deve sempre buscar ser um/uma profissional propositivo/a e criativo/a mesmo diante de tantos limites e desafios colocados a seu trabalho, diante disso:

(...) um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2001, P.20).

É necessário que a categoria profissional realize um processo de reflexão a respeito do comprometimento que se tem com relação ao projeto societário que se almeja, começando a refletir inicialmente sobre os espaços em que estão inseridos e como é essa inserção nesses locais, ou seja, a intervenção profissional conectada às três dimensões da profissão (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa). Realizando uma leitura crítica da realidade social, reconhecendo o usuário como sujeito de direitos, participar de movimentos sociais, bem como em espaços deliberativos e formativos (assembleias, congressos, eventos, cursos, espaços das entidades: CRESS/ABEPSS), pois estes se constituem em caminhos importantes para o fortalecimento da categoria profissional, visto que o cenário apresentado com os dados dessa pesquisa apontam desafios contundentes a respeito.

Frisando ainda que especialmente nos espaços dos CRAS, a relação profissional com a educação popular pode ser um forte mecanismo para potencializar e aproximar-se dos usuários, assim como construir ações coletivas

para sujeitos coletivos, com vistas a quebrar as marcas do conservadorismo, próprios da história da assistência social brasileira, e também vencer a burocratização.

Neste sentido, o CFESS aponta o perfil esperado pelo/a profissional de Serviço Social para trabalhar rumo à garantia dos direitos de seus usuários, devendo ser encarado com pauta cotidiana no trabalho profissional na área da assistência social.

[...] o assistente social, para atuar na política de Assistência Social, deve afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente. O reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional (conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS) demanda uma atuação profissional em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação dos determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais (BRASIL, 2009, p. 16-17).

Considerações Finais

“A gente vai contra a corrente até não poder resistir Na volta do barco é que sente o quanto deixou de cumprir Faz tempo que a gente cultiva a mais linda roseira que há Mas eis que chega a roda viva e carrega a roseira pra lá”... Chico Buarque

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, buscou-se compreender e analisar o trabalho profissional das Assistentes Sociais, inseridas no CRAS do município de São Vicente, procurando identificar e pontuar quais são os desafios existentes em seu exercício profissional cotidiano bem como suas possibilidades.

O interesse em pesquisar sobre o tema surgiu a partir da experiência de estágio realizada na Secretaria de Assistência Social deste município, motivação acionada ao se deparar com a precarização as quais eram submetidas trabalhadores e usuários, com a escassez de recursos e com o descaso da gestão para com o equipamento e a equipe de trabalho.

Conforme exposto neste trabalho a Assistência Social Brasileira, foi historicamente concebida com base no favor, na caridade, alicerçada pelos princípios da igreja católica. A Assistência social ao longo dos anos foi ganhando novos contornos até que em 1988 com a criação da Constituição Federal ela passa a ser um direito do cidadão, não sendo mais vista como caridade e filantropia, pelo menos do ponto de vista legal.

A partir daí, novos ventos sopraram para esta política. Após um longo período, permeado por lutas e mobilizações sociais é que em 2004 a Assistência Social ganha sua legitimidade enquanto política pública. Esse processo trouxe mudanças significativas para o campo social em nosso país, pois a partir daí foram se desenvolvendo estratégias para consolidar a assistência social como um direito, criando a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social que trouxeram avanços para a área.

Atualmente percebe-se um aumento na oferta de emprego na esfera estatal, principalmente no campo das políticas públicas, em especial na Política de Assistência Social, pois esta é um campo privilegiado de atuação do/a assistente social em razão da implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS que se deu em 2005 como forma de operacionalizar a Política Nacional de

Assistência Social, com isso foram criados equipamentos como CRAS e CREAS, possibilitando a expansão do exercício profissional e exigindo da categoria novas capacidades para atuar em diferentes espaços, seja operacionalizando a política ou nos cargos de gestão.

Todo esse enredo está permeado por mudanças societárias que favorecem a ideologia burguesa, trazendo mudanças significativas não só para a sociedade mas também para o mundo do trabalho, ocasionando condições de trabalho precarizado, falta de recursos materiais e financeiros, além desses os/as profissionais esbarram em outra condição, a de atender simultaneamente a dois interesses, a dos usuários que são os sujeitos de direitos desta política e aos interesses da instituição que é detentora de sua mão de obra, no caso, o Estado no âmbito municipal.

Deste modo a importância de articular o exercício profissional às três dimensões da profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, e mais do que isso, pensar o trabalho profissional a partir dos pressupostos contidos no Projeto Ético Político da profissão. Conhecer e apostar nesses referenciais, para assim atuar de maneira a se fazer uma leitura social crítica, o que possibilita manter, como bem coloca Iamamoto (2008), uma autonomia, que mesmo sendo relativa, pode viabilizar concretamente o acesso aos direitos da população. Partindo desse norte o/a assistente social, alicerçado na suas bases teóricas e ideopolíticas, possui a possibilidade de lutar para romper com a rotina e a lógica da instituição burocratizada e sucateada, cenário apresentado pelas participantes da pesquisa.

Deixando claro que a intenção não é culpabilizar e ou responsabilizar os/as profissionais assistentes sociais, entendendo seus limites, e as situações de precariedade das relações de trabalho, pois como corrobora Raichelis.

O trabalho de assistentes sociais encontra-se atravessado por um duplo processo contraditório: o prazer determinado pela possibilidade de realizar um trabalho que possa materializar direitos a amplas parcelas dos segmentos pauperizados da classe trabalhadora; e, ao mesmo tempo, o sofrimento, a dor e o desalento pela exposição continuada à escassez de meios e recursos que, de fato, façam frente às questões estruturais determinantes da pobreza e da desigualdade social. Raichelis (2011, p. 425)

Com a pesquisa apresentada, considera-se que as profissionais se deparam constantemente com desafios e necessidade de superação, suas ações estão voltadas a orientar os usuários, ocupando sua jornada de trabalho com o preenchimento do formulário do cadastro único, reduzindo a ação profissional a

burocratização, dentre tantos desafios neste trabalho apresentado, como também, a falta de infraestrutura e recursos disponíveis. É necessário transcender, criando um espaço de coletividade onde possa se problematizar concepções de direito, estabelecendo com os usuários estratégias para se avançar no âmbito das políticas sociais.

[...] um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2001, p. 20)

Reiterando que a proposta deste Trabalho de Conclusão de Curso foi possibilitar uma reflexão acerca de um dos tantos espaços ocupacionais existentes hoje ao trabalho profissional do/a assistente social, lembrando que o CRAS é um local de convívio e portanto deve ser compreendido sob a perspectiva do direito, um espaço de luta, resistência e não como local de “assistencialismo”, de repasse de benefícios assistenciais, ou ainda como o local do “Bolsa família”, como é conhecido por muitos usuários. É uma caminhada árdua e desafiadora, principalmente porque a profissão também traz em sua trajetória, assim como a política em questão, as marcas do conservadorismo. Entretanto muitas são as conquistas que a profissão já alçou, mas aqui no contexto do cenário exposto nesta pesquisa, sinalizamos a importância de perpassar os limites enxergando as possibilidades, já é um largo passo.

Entretanto também consideramos que é possível resistir a conjuntura apresentada, pois não adianta ficar dentro da instituição esperando que algo mude automaticamente. É preciso promover possibilidades como: transitar pelos bairros, conhecer o território que compõem a área de abrangência do CRAS, articular-se com as lideranças de bairros e com as instituições conveniadas para conhecer seus fluxos e dificuldades para atingir um planejamento coletivo, pois as situações podem se transformar em estratégias, com ações populares e coletivas.

O serviço social pode qualificar-se para novas competências, buscar novas legitimidades indo além da mera requisição instrumental-operativa do mercado de trabalho. Este enriquecimento da instrumentalidade do exercício profissional resulta num profissional que, sem prejuízo da sua instrumentalidade no atendimento das demandas possa antecipa-las, que habilitado no manejo do instrumental técnico saiba coloca-lo no seu devido lugar (qual seja no interior do projeto profissional) e, ainda que reconhecendo a dimensão política da profissão, inspirado pela razão dialética, invista na construção de alternativas que sejam instrumentais à superação da ordem social do capital. (GUERRA, 2000, p. 13)

Referências

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a nova era da precarização estrutural do trabalho. Revista Serviço Social e Sociedade n. 107. São Paulo: Cortez, julho/setembro, 2011

BRASIL, Ministério da Assistência Social e Combate à Fome. Plano Nacional de Atendimento Integral à Família - PAIF. Brasília: MDS, 2003.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas Sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. 1. ed. v. I. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas Sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. 1. ed. v. II. Brasília, 2012d.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (Website). Sessão “Perguntas Frequentes”. 2014a. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 15 maio 2014.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Assistentes Sociais no Brasil. Elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acesso em: abr. 2014.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS. Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão. 1. ed. ampliada, 2012a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes_privativas.pdf>.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social. Série: trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 2009a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Finalgrafica.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Brasília: 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2014.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Resolução CFESS nº 273/93 de 13 março 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. 1993a. Disponível em: <<http://www.cress-ms.org.br/codigo-de-etica-profissional-dos-assistentes-sociais1378307004.html>>. Acesso em: 11 maio 2014.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Resolução CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do

exercício profissional do assistente social. 2006. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_49306.pdf>. Acesso em: 11 maio 2014.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 2003.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Trabalhar na Assistência Social em Defesa dos Direitos da Seguridade Social. Contribuições do Conjunto CFESS-CRESS ao debate sobre definição de Trabalhadores da Assistência Social. Brasília, março de 2011a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cartilhaSUAS_FINAL.pdf>. Acesso em: mar 2015

BRASIL. Lei nº 8.662/93 de regulamentação da profissão. Código de Ética do/a Assistente Social. 9. ed. Ver. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011b.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei da Assistência Social. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. 1993b. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104422/lei-da-assistencia-social-lei-874293#art-30>>. Acesso em: abr. 2014.

BRASIL. Lei orgânica de assistência social - LOAS (1993). 5. ed. Brasília: MDS/CNAS, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Gestão do Trabalho no Âmbito do SUAS: Uma Contribuição Necessária. Brasília, DF: MDS, 2011d.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS). Brasília: MDS, 2011e.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações específicas por serviço-ação PAIF. Brasília: MDS, 2012b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social. Brasília: MDS, 2011f.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, 2005c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. PNAS/2004. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília/DF.

BRASIL. Capacita Suas. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretária Nacional de Assistência Social. MDS, 2010.B

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 9.ed. São Paulo, 2011.

CARDOSO Daniela Cima; FAGUNDES, Helenara Silveira. A Atuação do Assistente Social na Gestão Municipal da Política Pública de Assistência Social: Desafios e possibilidades. 2014. Disponível em <http://cress-sc.org.br/wp-content/upload/2015/03/A-atua%C3%A7%C3%A3o-do-Assistente-Social-na-Gest%C3%A3o-Municipal-da-Pol%C3%ADtica-P%C3%BAblica-deAS.pdf>. Acesso em jun 2015.

COUTO, B. Rojas; YASBEK, M. Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos." In: O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010, p.32-63.

COUTO, Berenice Rojas. O Direito social e assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? 2.ed – São Paulo: Cortez, 2006.

COUTO, Berenice Rojas et al. (org.). O sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

COUTO, Berenice Rojas. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DRAIBE, S. M. As Políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. Revista USP, p. 86-101, 1993. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/17/07-sonia.pdf>. Acesso em: 24 out 2014

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999

GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS-UNB, em 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. In: Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano: 2. N. 3 (jan/jul 2001). Brasília: ABEPSS, Grafine, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p15-50, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade. In: Atribuições Privativas do(a) Assistente Social: Em questão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. In: CFESS/Atribuição Privativas do/a

Assistente Social em questão. 1. ed. ampliada. 2012. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital e fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 21. ed. São Paulo, Cortez; Celats, 2007.

MARTINELLI, Maria Lucia. Serviço Social: Identidade e Alienação. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MESTRINER, Maria. Luiza. O Estado entre a filantropia e a assistência social. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2002.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. São Paulo: Cortez, 2009. .

PEREIRA, A.P. Potyara. A Assistência Social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesurus, 1996.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho do SUAS. In: Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Scielo Brasil, n. 104, out./dez., 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282010000400010> . Acesso em: 3 maio 2015

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. Serv. Soc. Soc. [online]. São Paulo, 2011, n.107, Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n107/03.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2015

SILVA, M. O. da S.; YAZBEK, M. C.; GIOVANINI, G. di. A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

YASBEK, M.C. As ambiguidades da Assistência Social Brasileira após dez anos de LOAS. Revista serviço Social e Sociedade, São Paulo. Cortez, nº85, 2003

YAZBEK, Maria Carmelita. Sistema de Proteção Social Brasileiro: Modelo, Dilemas e Desafios. Brasília: MDS, 2008.

YAZSBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

.

Apêndice A – Roteiro de entrevista para profissionais Assistentes Sociais no Centro de Referência de Assistência Social

QUESTIONÁRIO

1. Identificação

1.1 Nome: _____

1.2 Idade: _____

1.3 Sexo: _____

2. Formação

2.1 Instituição que se formou: Pública () Privada ()

2.2 Ano de formação: _____

2.3 Formação continuada:

Especialização () Em _____

Mestrado () Em _____

Doutorado () Em _____

Cursos de curta duração ()

Outros ()

Nenhuma()

2.4 Caso não possua formação continuada, quais fatores você atribui para isso?

3. Experiência Profissional e Condições de Trabalho

3.1 Tempo de atuação como Assistente Social: _____

3.2 Tempo de atuação na Política de Assistência Social: _____

3.3 Tempo de atuação no CRAS: _____

3.4 Tipo de contrato de trabalho: _____

3.5 Qual sua carga horária de trabalho? _____

3.6. Remuneração:

De 2 a 3 salários mínimos ()

De 3 a 5 salários mínimos ()

Mais de 5 salários mínimos ()

3.7. Tem outros benefícios além do salário? S () N ()

Quais? _____

3.8 Há plano de carreira no município? S () N ()

3.9 Há algum adicional no salário caso o profissional possua formação complementar (especialização e outros)? S () N ()

3.10 É oferecido pela prefeitura curso de capacitação? S () N ()

Quais realizou?

3.11 Tem cargo de chefia? S () () Qual seu cargo?

3.12 Você trabalha em outro espaço sócio ocupacional além do CRAS?

Sim () Não () Por quê?

3.13 Você possui sala individual para atendimento? S () N ()

3.14 Possui telefone em sua sala de atendimento? S () N ()

3.15 Possui computador em sua sala de atendimento? S () N ()

3.16 Há veículos para realizar visitas domiciliares? S () N ()

3.17 Quantos assistentes sociais há no equipamento? _____

3.18 Número de usuários deste Cras? _____

3.19 Qual a composição da equipe do CRAS? (Trabalhadores Profissionais)

3.20 Tem estagiários de Serviço Social? S () N (). Quantos? _____

3.21 Participa de algum Conselho? S () N ().

Qual? _____

3.22 Compõe algum movimento social ou sindicato? S () N (). Qual?

3.23 Realiza trabalho em rede com outros equipamentos? S () N ()

De qual área? _____

3.24 Conhece o território que compõe esse equipamento? S () N ()

Quais as principais questões desse território?

3.25 Quais suas atribuições neste CRAS?

3.26 Quais principais demandas cotidianas de trabalho?

3.27 Como é o acesso do usuário para o seu atendimento?

3.28 Quais as maiores dificuldades enfrentadas por você durante a atuação profissional no CRAS?

3.29 Como você avalia a gestão da Assistência Social município?

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Consentimento informado para a pesquisa “**Serviço Social e a Política de Assistência Social - Os desafios e limites da profissão nos CRAS do município de São Vicente**”.

Esta pesquisa é parte do trabalho de conclusão de curso TCC desenvolvida pela acadêmica Elaine Martinelli Danzi do 4º ano do curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo UNIFESP, orientada pela Professora Doutora Luciana Maria Cavalcante Melo. A pesquisa tem como objetivo investigar a atuação profissional do assistente social no interior da Política de Assistência, buscando identificar os limites, desafios apresentados ao profissional em seu cotidiano.

Você pode decidir se quer participar ou não depois de ter conversado sobre esta pesquisa e não é preciso decidir imediatamente. Pode haver algumas palavras que não entenda ou coisas que você quer que nós expliquemos mais detalhadamente porque você ficou mais interessado ou preocupado. Por favor, nos pergunte e nós explicaremos.

Objetivos

Queremos compreender a atuação profissional, buscando identificar os limites e desafios de seu cotidiano, e entender as dificuldades de se atuar no interior da política de assistência.

Escolha dos participantes

Estamos propondo a pesquisa com assistentes sociais, trabalhadores da política de assistência, em específico do CRAS, para que seja identificado questões da atuação profissional, bem como buscar possíveis alternativas para enfrentá-las.

Voluntariedade de Participação

Você não precisa participar desta pesquisa se não quiser. É você quem decide. Se decidir não participar da pesquisa, é seu direito. Caso aceite participar agora, poderá mudar de ideia depois, sem nenhum problema.

Procedimentos

A pesquisa será através de questionários que poderão ser entregues pessoalmente ou por e-mail. O questionário terá questões que visem identificar o perfil profissional, o local de trabalho e questões da prática profissional que emergem em seu cotidiano.

Desconfortos

Há possibilidade de você não querer participar de parte da pesquisa. Você será totalmente respeitado de sua decisão, mesmo diante da aceitação se caso mudar de ideia e não desejar mais participar o pesquisador estará atento para orientações/interrupções da atividade e entenderá suas dificuldades.

Benefícios

A intenção da pesquisa é realizar um levantamento de como se dá a atuação profissional frente os desafios e os limites da atuação profissional no interior da política de assistência social. Contribuindo assim com novas possibilidades e estratégias de atuação profissional que possibilitem o enfrentamento destas demandas. Deste modo, compreendemos que os resultados desta pesquisa tem benefício direto aos seus participantes visto que sua conclusão poderá tornar-se um instrumento de luta, reflexão e sistematização das demandas do trabalho profissional nos CRAS de São Vicente.

Incentivo

Não haverá compensação financeira relacionada à sua participação na pesquisa.

Confidencialidade

Não falaremos para outras pessoas que você estará nesta pesquisa e também não compartilharemos informação sobre você para qualquer um que não trabalha na pesquisa. As informações sobre você serão coletadas na pesquisa e ninguém, exceto os investigadores, poderão ter acesso a elas.

Divulgação dos dados

Quando terminarmos a pesquisa, nós enviaremos os resultados para você.

Direito de recusa ou retirada do assentimento informado

Você tem direito a recusar-se em participar desta pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Contato

Você tem também, o direito de obter informações dos resultados parciais e andamento da pesquisa, diretamente com a pesquisadora Luciana Maria Cavalcante Melo, que pode ser encontrada no endereço Rua Silva Jardim, 136, Sala 211 – CEP 11015- 020, Santos – São Paulo ou através do telefone (13) 3878-3700. Caso tenha alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa localizado à Rua Botucatu, 572 – 1º andar – Cj. 14, São Paulo – SP, telefone (11) 5571-1062, FAX: (11) 5539-7162 – E-mail: cepunifesp@unifesp.br .

Certificado do Consentimento

Eu entendi que a pesquisa é sobre a atuação profissional no interior da política de assistência, buscando identificar os limites e desafios da atuação profissional, traçando o perfil desses profissionais. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício.

Assinatura do Sujeito da pesquisa Data / /

Assinatura pesquisador Data / /

D199s Elaine Martinelli Danzi, 1985-
Serviço Social e a Política de Assistência Social - Os desafios e limites da profissão nos CRAS do município de São Vicente ; Orientadora: Profa. Dra. Luciana Maria Cavalcante Melo. – Santos, 2015.

72 f. ; 30 cm.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) –
Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada
Santista, Curso de Serviço Social, 2015.

1. Serviço Social - 2. Política Nacional de Assistência
Social. 3. Trabalho. I. Melo , Cavalcante Maria Luciana.
Orientadora. II. Título.

CDD 361.3

